



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 048

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE JUNHO DE 2003**  
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 014/2003

Curitiba, 10 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 071/97, para exploração do lote número 01, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 01, objetivo do contrato de concessão nº 071/97, celebrado com a licitante vencedora da “Concorrência Pública Internacional nº 001/96”, objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor da concorrência o consórcio de empresas denominado “Econorte”.

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 36,48% (trinta e seis vírgula quarenta e oito por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas

operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denominado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.

Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuidade prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele

espera firmeza e retilinidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa**

MENSAGEM Nº 015/2003

Curitiba, 10 de junho de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 072/97, para exploração do lote nº 02, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios,

estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 02, objetivo do contrato de concessão nº 072/97, celebrado com a licitante vencedora da “Concorrência Pública Internacional nº 002/96”, objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor da concorrência o consórcio de empresas denominado “Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar”.

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 23,0% (vinte e três por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denominado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.

Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longínquo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuência prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele espera firmeza e retilidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 072/97, para exploração do lote número 02 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.  
**À Diretoria Legislativa**

## MENSAGEM Nº 016/2003

Curitiba, 10 de junho de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 073/97, para exploração do lote número 03, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem,

delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 03, objetivo do contrato de concessão nº 073/97, celebrado com a licitante vencedora da “Concorrência Pública Internacional nº 003/96”, objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor da concorrência o consórcio de empresas denominado “Rodovia das Cataratas”.

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 23,0% (vinte e três por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denomi-

nado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.

Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longínquo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuência prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele espera firmeza e retilinidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 073/97, para exploração do lote número 03 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Con-

cessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.  
**À Diretoria Legislativa**

MENSAGEM Nº 017/2003

Curitiba, em 10 de junho de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 074/97, para exploração do lote número 04, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 04, objetivo do contrato de concessão nº 074/97, celebrado com a licitante vencedora da "Concorrência Pública Internacional nº 004/96", objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor

da concorrência o consórcio de empresas denominado “Caminhos do Paraná”.

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 13,00% (treze por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denominado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.

Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longínquo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuência prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele espera firmeza e retinidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 074/97, para exploração do lote número 04 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### **À Diretoria Legislativa**

MENSAGEM Nº 018/2003

Curitiba, em 10 de junho de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 075/97, para exploração do lote número 05, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 05, objetivo do contrato de concessão nº 075/97, celebrado com a licitante vencedora da "Concorrência Pública Internacional nº 005/96", objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor da concorrência o consórcio de empresas denominado "Rodonorte".

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 46,00% (quarenta e seis por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denominado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.



Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longínquo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuência prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele espera firmeza e retilinidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 075/97, para exploração do lote número 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.  
**À Diretoria Legislativa**

#### MENSAGEM Nº 019/2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover a encampação da Concessão objeto do Contrato nº 076/97, para exploração do lote número 06, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adotar outras providências pertinentes.

A Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, autorizou que a União Federal delegasse aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal, a administração de rodovias e portos federais.

No Paraná, editou-se a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, que regula as concessões de serviços públicos.

Assim, em 25 de outubro de 1996, firmaram-se vários convênios, através dos quais a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, delegou ao Estado do Paraná a administração e exploração de trechos de rodovias federais.

Dentre os trechos delegados figura o Lote nº 06, objetivo do contrato de concessão nº 076/97, celebrado com a licitante vencedora da "Concorrência Pública Internacional nº 006/96", objetivando a outorga de concessão de rodovias federais e estaduais para administração e exploração privada, tendo sido declarado vencedor da concorrência o consórcio de empresas denominado "Ecovia".

Celebrado o contrato, iniciada a concessão, executados os serviços iniciais, passou a concessionária a explorar o lote. A cobrança da tarifa somente começou em meados de 1998.

O início da cobrança do pedágio marcou também o começo de toda uma série de conflitos, cujos efeitos se protraem até a presente data. Basta lembrar que poucas semanas após a implantação da cobrança, sobreveio decreto do então governador Jaime Lerner reduzindo a tarifa para aproximadamente a metade do valor originalmente fixado.

Na verdade, tal como foi estruturado, o chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná mostra-se completamente inviável.

A tarifa é muito cara.

E é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço. A uma, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do Anel de Integração não se coaduna com o pedagiamento. A duas, porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte de capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados. Com isso, somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro. Os encargos desses financiamentos oneram pesadamente os seus custos, de forma a comprometer aproximadamente 15,00% (quinze por cento) da receita operacional (valores extraídos dos balanços e demonstrações financeiras encerrados em 31.12.2002). Somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, impostos e demais contribuições, tudo isso diretamente repassado ao usuário através da tarifa.

Por tudo isso, não surpreende que estudos preliminares levados a efeito pelo DER demonstrem que de tudo o que se arrecada com o pedágio, apenas 40% (quarenta por cento) reverta, em média, para a execução do serviço público propriamente dito.

É por isso que se repete: a operação do sistema através do atual regime de concessões é muito cara.

As tarifas cobradas pela Concessionária, como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o Poder Concedente e tampouco são compatíveis com a realidade local e tidas como abusivas por recente pesquisa de Instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos que, com poucas exceções, o assim denominado Anel de Integração não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o da estrada pedagiada. O usuário ou paga, ou não trafega.

A situação, hoje, é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social, a exigir, como se pretende, solução que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Presentemente, a solução proposta é a de o Estado do Paraná, na forma do artigo 35, II, parágrafo 4º, 36 e 37, todos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem assim de iguais artigos da Lei Complementar Estadual nº 76/95, obter a Assembléia Legislativa, lei autorizativa específica, visando encampar a concessão.

Como é notório, não é possível permanecer inerte, no aguardo do desfecho das demandas judiciais, cujo término é incerto e longínquo.

Ora, o Paraná detém a responsabilidade sobre os serviços que são prestados à sua população, tendo o direito e o dever de atuar frente ao atual estado de fato de grave lesão ao interesse público, até mesmo para cumprir os termos da delegação que recebeu da União Federal para este mister.

O dano causado às atividades econômicas e ao bem-estar social pela permanência de concessionária que atua abusivamente é irreparável e inconciliável com os deveres da boa administração, que devem presidir à execução dos serviços públicos. As oscilações nos serviços, a má efetivação dos mesmos, a ameaça constante de colapso decorrente de gravidade das demandas judiciais a respeito do pedágio, a exorbitância das tarifas sem anuidade prévia, explicitam uma descontinuidade e irregularidade, constituindo-se em situação de suma gravidade.

Assim sendo, a iniciativa do Poder Executivo Estadual visando a retomada da prestação dos serviços essenciais à vida cotidiana dos paranaenses, cuja autorização é solicitada à Assembléia Legislativa está sendo exercida com absoluto respaldo legal visando só e exclusivamente, o atendimento aos interesses maiores de quem dele espera firmeza e retilinidade no âmbito das suas responsabilidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 076/97, para exploração do lote número 06 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, na qualidade do executor do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, procederá aos levantamentos e avaliações que se fizerem necessários para a determinação dos montantes da indenização porventura devida à concessionária, na forma do artigo 35, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 3º - A extinção da concessão e retomada do serviço pelo poder concedente delegatário dar-se-á imediatamente após o pagamento, ou depósito, do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, apurada nos termos do artigo anterior.

Art. 4º - Extinta a concessão competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.  
**À Diretoria Legislativa**

MENSAGEM Nº 20/2003

Curitiba, 10 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva acrescentar os parágrafos que especifica aos artigos 31 e 33 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério Público de Ensino de 1º e 2º Graus) e alterar a redação do *caput* do artigo 45, da referida Lei.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração e, principalmente, os do ensino público, eis que irá assegurar aos candidatos que forem aprovados em concurso público para provimento de cargos do Quadro Próprio do Magistério e que tenham prestado serviços ao ensino na condição de professores contratados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, pela Secretaria de Estado da Educação, ou pelo Serviço Social Autônomo do Quadro, no que se refere a tempo de serviço para completar “estágio probatório”, assim como à possibilidade de preencher requisitos para efeito de promoção na carreira.

No que diz respeito à mudança da redação do *caput* do artigo 45

do Estatuto da referida lei complementar, a Secretaria de Estado da Educação, em seu Ofício nº 983/2003, formula a seguinte justificativa, cujos termos foram por mim acolhidos:

“Justifica-se a necessidade de alteração do *caput* do artigo 45 do Magistério tendo em vista o aparente conflito com o artigo 24, I, da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), bem como pelos problemas de ordem pedagógica dele decorrentes.

Ao dispor que a substituição somente será possível a partir do 15º dia, a lei obriga o professor a repor as aulas para o cumprimento da carga horária mínima anual, sem levar em consideração os motivos que o levaram a faltar e em discrepância com o tratamento conferido aos demais servidores da rede pública estadual.

Todavia, a LDB atribui ao Estado, e não ao professor titular, o cumprimento da carga horária mínima, de tal sorte que, ao invés de reposição, é possível a substituição do professor, inclusive para períodos inferiores a 15 (quinze) dias, sem ferir a LDB

Não obstante, a reposição de aulas, que é feita fora dos dias e horários normais, além de desestimulante ao aluno, o que prejudica o seu aprendizado, pressupõe a existência de turmas ociosas no colégio, o que não é aconselhável sob o ponto de vista pedagógico.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Ao artigo 31, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, é acrescentado § 6º, com a seguinte redação:

§ 6º - Fica computado, para efeitos de participação no primeiro procedimento de avanços vertical e diagonal após a nomeação, o tempo de efetivo exercício de serviço prestado por professores contratados para ministrar aulas extraordinárias e contratados em regime CLT pelo Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paraná Educação, aprovados e nomeados em concurso público de provas e títulos para o provimento em cargo efetivo de professor da rede pública estadual”.

Art. 2º - Ao artigo 33, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, alterado pela Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, é acrescentado parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Fica excluído desta proibição, podendo participar dos avanços vertical e diagonal, o professor em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná com aulas extraordinárias ou contratado pela CLT, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paraná Educação, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção.

Art. 3º - O *caput* do artigo 45, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 - Haverá substituição quando o titular do cargo do Magistério entrar em gozo de licença ou interromper o exercício.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº CTL/CC/089/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria

do deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC/1534/2003, do senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Fernandes Litro, que pede esclarecimentos sobre o estágio em que se encontra a implantação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede na cidade de Dois Vizinhos. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 312/2003-GS, da senhora Vera Maria Haj Mussi Augusto, secretária de Estado da Cultura, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Rafael Greca, que pede esclarecimentos sobre dois quadros, pertencentes ao acervo do Estado do Paraná. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 228/2003

Curitiba, 13 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Venho pelo presente, justificar a V. Exa. minha ausência na Sessão Plenária, nos dias 16 a 18 de junho. Na ocasião estarei atendendo, cumprindo uma agenda política em Londrina e região.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de distinta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, e farei parte da Bancada do PMDB com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, e farei parte da Bancada do PMDB com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

## Indicações:

INDICAÇÃO Nº 56/2003

Exmo.Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção em caráter emergencial da terceira faixa na rodovia PR-092 no trecho que vai de Curitiba a Rio Branco do Sul, nos locais que ainda não tenham.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Em Anexo segue índice estatístico de acidentes de trânsito rodoviário, ocorrido na rodovia estadual de prefixo PR-092 (Curitiba a Rio Branco do Sul), nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 onde apura-se o número elevado de acidentes, bem como as vítimas fatais e feridos no mesmo período.

A população que trafega naquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam ter condições de transitar com segurança no trajeto de Curitiba a Rio Branco do Sul. Cabe ainda salientar que o fluxo de caminhões é muito elevado, tendo-se em vista as fábricas de calcário na região, o que eleva ainda mais a necessidade da terceira faixa, pois os caminhões que seguem lentos pela pista sem a terceira faixa fazem com que o trânsito fique caótico e vagaroso, e certamente, por consequência, gerando ainda mais acidentes.

Nestes termos, justifica-se a construção da terceira faixa na PR-092 no trecho entre Curitiba e Rio Branco do Sul.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente solicitar a substituição da relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Banestado, deputada Elza Correia, em função de sua renúncia e através do presente indicar para o cargo de relator o deputado Delegado Bradock.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder do PMDB

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 323/2003, que suspende os efeitos do Decreto Governamental nº 1052/2003 relativo à estadual-

lização da Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM, estabelecida no município de Bandeirantes/ PR.  
Sala das Sessões, em 16.06.2003.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada de votação das Indicações que constam na Ordem do Dia desta data, conforme itens 05 a 09, que constam a palavra “sugere”.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa., reserva do plenarinho, no período da manhã, para o dia 26 de junho de 2003, para a realização de audiência pública da Comissão de Saúde Pública, com o tema: Atos Médicos.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Especial, no próximo dia 06 de agosto do corrente ano, para a comemoração dos 40 anos de existência da Associação da Vila Militar - AVLM.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao senhor coronel Abelmídio de Sá Ribas, no seguinte endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1352 - 80230-110 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especificamente o artigo 28, inciso II, alíneas a, d e d, REQUER que os projetos de lei de concessão de títulos honoríficos; de declaração de utilidade pública ou de doações de imóveis pelo Poder Público, não sejam suprimidos de apreciação pelo Plenário desta Casa, na presente legislatura.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Duílio Genari, Nelson Garcia, Mil-tinho Pupio, Carlos Simões, Fernando Ribas Carli,

Plauto Miró Guimarães, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Justus, Elio Rusch, Barbosa Neto e Neivo Beraldin.

#### REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do cantor Francisco José de Itamar Assumpção.

O referido se deve pelo fato de este cantor, personalidade muito importante na cena cultural brasileira, ter iniciado sua carreira artística aos doze anos de idade no Norte do Paraná, quando abandonou os estudos em Apucarana e mudou-se para Londrina em busca de espaço, fazer shows e teatro.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-vereador, ex-prefeito municipal de Palmas e ex-deputado estadual, Piratan Araújo, ocorrido dia 13 de junho, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 13 último em Curitiba, aos 85 anos de idade, o senhor Piratan Araújo, filho de Misael Ferreira Araújo e Flávia Teixeira Guimarães. Era viúvo de Maria Edith Campos Araújo.

Deixou seis filhos: João Maria, José Tadeu, Piratan, Guaraci, Emerson e Maria.

O corpo de Piratan foi trasladado para Palmas, onde foi sepultado.

Pertencente a família tradicional do município de Palmas, Piratan Araújo cursou o primário em sua cidade natal, e, em Curitiba, o ginásio e o de Contabilidade. Recém-formado, ingressou na política, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Palmas e, posteriormente, prefeito, a seguir deputado estadual. Mudou-se para Curitiba, para dar atendimento às suas funções de legislador.

Foi colaborador do jornal Diário da Tarde.

Piratan Araújo, quando prefeito municipal da cidade de Palmas, realizou a transformação panorâmica da cidade: todos os prédios foram recobertos com telhas de barro, iniciou o calçamento das vias públicas e conseguiu a criação do Bispado com sede naquela cidade.

Candidatou-se a deputado estadual e foi eleito com expressiva votação. No exercício das funções de legislador, fez parte das Comissões de: Reforma à Constituição e Constituição e Justiça.

O passamento de Piratan Araújo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos, ao trabalho e à população paranaense e curitibana.

Que os familiares do ex-deputado estadual Piratan Araújo, encontrem na fé e na esperança o necessário consolo nesta hora tão difícil, é o que desejamos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Araújo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de profundo pesar, pelo falecimento de Dirceu Pavoni, grande liderança política de Almirante Tamandaré e região.

À família, aos amigos e à toda a população do município, solidarizo-me com a irreparável perda.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 13 de junho de 2003, Dirceu Pavoni. Nascido em Almirante Tamandaré, dia 09 de setembro de 1952, casado com Maria Bernadete Alforale Pavoni, com quem teve dois filhos: Rita de Cássia Pavoni e Rodrigo Pavoni.

Na vida pública exerceu dois mandatos como vereador. O primeiro no ano de 1988, se reelegendo no ano de 1992. Concorreu ao cargo de prefeito em 1996 e 2000, sendo que na última eleição obteve mais de 17.000 votos e, com sua popularidade ajudou a eleger sua esposa vereadora, com mais de 1.700 votos.

Pavoni, como era conhecido por todos, estava sempre à frente dos problemas da comunidade, fazendo serviços sociais juntamente com sua esposa. Pavoni deixa esposa, dois filhos, uma neta, Natali Caroline Pavoni, o genro Christian Martinez e a nora Eliane Costa.

Estava atualmente filiado no PP - Partido Progressista, fazia oposição ao atual prefeito, para o qual perdeu as últimas eleições, ficando caracterizado que o município de Almirante Tamandaré teve mais de 13.000 títulos eleitorais cancelados no último recadastramento.

Atuou nas campanhas do deputado federal Nelson Meurer (PP) e deputado estadual Neivo Beraldin (PDT). Com certeza fica a Oposição em Almirante

Tamandaré muito abalada com a morte de Pavoni, mas como a filosofia do grupo não mudou e não mudará, a luta continua.

Seu corpo foi conduzido pelo carro do Corpo de Bombeiros da capela até o cemitério da Colônia Antonio Prado, onde foi realizada missa de corpo presente.

Devido às solenidades o sepultamento aconteceu ao escurecer, às 18h15.

Apesar de não ter sido eleito prefeito, as honras do sepultamento foram de um verdadeiro estadista.

#### REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente documento, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa de Leis, a aprovação para serem inseridos nos Anais da Sessão de hoje, os votos de profundo pesar deste Poder, em virtude do falecimento da senhora Maria Celeste Fontana, no último dia 31 de maio, em São Roque, no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, respeitando os sentimentos, apresenta à estimada família, as solidárias condolências diante da dor de todos pela perda irreparável daquela que foi esposa e mãe exemplar.

Que as saudades possam ser superadas com a bela lembrança do seu exemplo, de sua bondade, da vida dedicada e de trabalho que a senhora Maria Celeste Fontana deixou no seio de seus familiares e no círculo de suas amizades.

Do aprovado, solicita-se seja dado ciência, através de correspondência a ser encaminhada à família Fontana, na pessoa de José Fontana, à Rua Corcovado, 308 - 85977-000, São Roque, Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações ao senhor Antonio José Lemos, comandante do 15º Batalhão Militar GACAP, do município da Lapa - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado no seguinte endereço: 15º Batalhão Militar-GACAP, Rua Barão do Rio Branco, 99 - Bairro Wilson Montenegro - Lapa / PR - CEP 83750-000.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribui em função da segurança nacional, visando a aplicação de preceitos humanitários, distribuindo justiça,

tornando o convívio social um valor assumido por toda a comunidade lapeana.

Sua passagem pela Lapa como comandante da unidade do Exército ficará sempre marcada pelos seus atos.

#### REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor diretor-geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, pela eleição para a presidência da Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, ocorrida em 14 de maio de corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao senhor engenheiro Rogério Wallbach Tizzot, no seguinte endereço:

Associação Brasileira dos Departamento Estaduais de Estradas de Rodagem - ABDR, SCS - Qd. 01 - Bl. "I" - nº 30 - Ed. Central - conj. 1005 - 70.304-900 Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Paulo Afonso Nascimento, diretor-presidente do jornal "A Voz tatuquarense", pelo terceiro ano de fundação, localizado na Rua Carlos Munhoz, 955, Bairro Santa Rita, Tatuquara, nesta Capital, CEP 81.470-090.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um jornal alternativo do Bairro de Tatuquara, localizado na região Sul de Curitiba, Estado do Paraná, atendendo mais de 50.000 habitantes.

Os jornais alternativos merecem prestígio do Poder Público, uma vez que hoje possuem alto poder de capilaridade; sua distribuição ocorre na sua maioria de forma gratuita.

Estes jornais difundem a cultura, lazer e notícias de interesse social.

#### REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, pela posse do Dr. Marcelo Henrique de Almeida como chefe do Corpo Médico do Hospital do Trabalhador de Curitiba, e da Dra. Rosa Maria C. Alves Coelho como vice-chefe.

Requer ainda que se dê ciência aos homenageados, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida República Argentina, 4406 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, aconsignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que conste para a posteridade, de voto de congratulações a aplausos ao Revmo. Frei José Monteiro Carneiro, pela passagem do seu jubileu de outro sacerdotal.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Revmo. Frei José Monteiro Carneiro.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um dia muito feliz, este em que temos a oportunidade de saudar o Revmo. Frei José Monteiro Carneiro pela passagem do seu jubileu de ouro sacerdotal. Entretanto, não temos palavras que traduzam os sentimentos que tumultuam nossa alma.

Saudar um sacerdote, um ministro de Deus, é uma das coisas mais sublimes que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa. Curvamo-nos, todavia, ante a injunção que foi imposta e aqui estamos para desejar-lhe mil felicidades.

Como representante e ministro de Cristo, achasse, V. Revmo entre a população da região do município de Mangueirinha, para pregar a religião do bem e da verdade. Por armas traz sempre a fé, a fé em Cristo e o Evangelho. E nós que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia aqui nos incorporamos com a sociedade da região de Mangueirinha e Palmas, quais ovelhas a acompanhar o pastor que nos há de guiar sempre através das campinas da vida, para nos levar ao redil celeste.

Bem compreendemos quão árduo é o seu sacerdócio e de quantos sacrifícios e incompreensões sua vida é semeada. Nosso Senhor, porém, que lhe deu o múnus divino, proporcionou também a coragem para suportar os percalços inerentes ao seu apostolado.

Passar pelo mundo fazendo o bem é apanágio das almas de eleição. Viver em meio a uma sociedade e conquistar-lhe a estima e a veneração é uma felicidade. Foi o que conquistou, Revmo. Frei. Alma generosa, feita de amor e bondade, de tal forma se impôs aos seus paroquianos que deles conquistou o respeito e a devoção. Dedicado até o sacrifício, não conhece cansaço quando se trata de aliviar a dor alheia.

Sua palavra de amor e perdão tem o dom de vencer até os mais emperdenidos, porque todos o vêem como o pastor solícito e generoso que só uma coisa procura: o bem-estar material e espiritual.

Como discípulo de Cristo despreza os bens terrenos, porque seu espírito e sua inteligência se acham voltados para as coisas do céu.

Que Deus o conserve para o bem de todos nós e glória de Seu serviço, são os votos que ardentemente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deseja por intermédio deste deputado.

#### REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao jornal do Estado, pela passagem de seu 20º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Rodrigo Barrozo, diretor-presidente, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas e colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nestes 20 anos de sua existência, o jornal do Estado, caracterizou-se por uma política de aperfeiçoamento técnico e de recursos humanos visando acima de tudo a qualidade da informação, o entretenimento, a cultura, a divulgação do Paraná e o estímulo ao trabalho do nosso povo.

O Jornal do Estado, fundado pelo saudoso jornalista Roberto Barrozo Filho é hoje orgulho dos paranaenses e um dos mais fortes pilares de apoio ao nosso desenvolvimento político, econômico e cultural.

A sua solidez como empresa é outra grande conquista que atesta a segura orientação imposta pela administração atual sob o comando do eminente jornalista Rodrigo Barrozo.

Emissor atuante, moderno tecnicamente e cobrindo todos os recantos do nosso Estado, o jornal é, sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou.

Tem o jornal para com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem deturpar ou alterar. Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e orientadores.

Portanto, deve esta Casa Legislativa, associar-se ao júbilo pelo transcurso do 20º aniversário do Jornal do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações à revista

CREA-PR pelo lançamento da revista em todas as bancas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A revista CREA-PR foi fundada no mês de setembro de 1998, tendo desde o seu início, uma tiragem de 55 mil exemplares mensais, distribuídos via mala direta.

O objetivo inicial da revista era o de atingir a todos os engenheiros, arquitetos e agrônomos do Estado do Paraná, mas já no ano de 2000, quando o presidente Luiz Antonio Rossafa assumiu o CREA-PR, a revista foi reformulada com o objetivo de atingir não só a categoria, mas também todos aqueles que esperam um Paraná mais justo, ético, e socialmente igual para todos

A revista teve na luta contra a privatização da Copel o maior exemplo disso quando tomou a postura de divulgarmos motivos reais da enorme perda, caso a empresa fosse privatizada. Na ocasião, o CREA-PR recebeu o Fórum da Copel de portas abertas, sendo o ponto de encontros para reuniões, mobilizações, organizações de documentos - enfim participando como todos os paranaenses fizeram naquela ocasião. A revista dedicou um exemplar completo sobre o grave problema da privatização da estatal e várias outras matérias em outros exemplares citando o fato.

Desde seu início teve o jornalista Mário Luiz Milani como editor responsável pela revista CREA-PR e foi o criador do projeto gráfico da revista e produz as matérias dela.

O lançamento nas bancas representa um avanço a que a revista se propôs, não deixando de distribuir os 55 mil exemplares gratuitos como é feito atualmente, mas, ao contrário, promovem uma inovação de elevado alcance social de forma que a revista traga benefícios sem a preocupação com lucros.

Nesta oportunidade não pode ser deixado o registro pelo trabalho e dedicação do ex-presidente do CREA-PR - arquiteto Armando de Oliveira Strambi que muito possibilitou a instituição ser o que ela é hoje, tendo inclusive sido agraciado com a medalha do Mérito e Inscrição do Livro do Mérito do Sistema Confea/CREA em 2002.

#### REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente documento, vem REQUERER na forma regimental, a aprovação do Plenário desta Casa Legislativa, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, dos votos de congratulações especiais deste Poder à Cooperativa de Eletrificação Rural e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - Cercar, pela passagem de seus 30 anos de fundação.

Em 21 de junho de 1969 foi assinado no Palácio Iguaçu, em Curitiba, o maior convênio de financiamento da América Latina, na época com a finalidade de implantar também o maior projeto de eletrificação rural, com destaque para o município de Marechal Cândido Rondon.



A celebração desse convênio abriu espaço, para tempos depois, surgir a maior cooperativa de eletrificação rural, que veio a desenvolver, executar e solidificar a finalidade do convênio antes referenciado. A passagem dessas três décadas, desde a fundação, transformou a corporação cooperativista numa pujante e relevante entidade geradora de desenvolvimento e de grande benefícios à comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, junta-se às comemorações desses 30 anos de existência da Cercar, manifestando à diretoria, associados e ao quadro de funcionários largo sucesso em suas funções e atividades, convivência harmoniosa, para a continuidade da sua longa pauta de realizações.

Do aprovações, requer seja dado ciência ao senhor Alcino Biesdorf, diretor-presidente da nomeada Cooperativa homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sete de Setembro, 946 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon, PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O deputado, que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao doutor e soberano Plenário, que determine votos de congratulações ao Jornal do Estado, pelos seus 20 anos de trabalhos, atuando como veículo de informação.

Dessa maneira, nobres senhores deputados e senhor presidente, requer por fim que seja submetida à apreciação e votação na presente Sessão, de congratulações ao Jornal do Estado, encaminhando-se cópia da presente àquele veículo de comunicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais de voto de congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na pessoa do seu Magnífico reitor, Irmão Clemente Ivo Juliatto, pela realização, em Curitiba, do V Salão Nacional de Arte Religiosa como também nas pessoas dos artistas premiados: Luiz Carlos Brugnera, André Malinski, Sérgio Sossella, Marly Rosy Renaux Willer, José Antonio de Lima e a José Belmiro dos Santos, Margarete Maria Bortollo Andrade, Marcelo Conrado, estes três últimos agraciados com menção honrosa.

Seja este voto encaminhado ao magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e aos artistas nominados - Rua Imaculada Conceição, nº 1.155, Prado Velho - CEP 80215-901.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A PUC, ao oportunizar aos artistas estímulo à criação da arte sacra, premiando e valorizando seus trabalhos

nesta mostra de alta qualificação, perpetua a religiosidade, estimula a expressão humanitária, e amplia o acervo nacional. Sem falar na possibilidade de revelação de novos valores, - verdadeiro "Pentecostes" de talentos, a cada ano que o Salão se realiza.

#### REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O deputado estadual que esta subscreve, REQUER à egrégia Assembléia que seja encaminhado ao Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, voto de louvor, pelo incansável serviço prestado à área social deste município.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba recebeu no último dia 13 de maio o "Prêmio Bem Eficiente", um reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O prêmio que é organizado e outorgado pela Kanitz & Associados, empresa que atua há mais de 20 anos no mercado, analisou a atuação de mais de 500 empresas do País, e dentre estas, selecionou 50, que tiveram durante o ano, uma atividade de excelente desempenho.

A avaliação foi feita por um Conselho Superior de Especialistas do setor e profissionais, o que garante imparcialidade e seriedade na premiação. As atividades analisadas desenvolvem um trabalho de promoção social sem privilégio a razões religiosas, políticas ou áreas de atuação.

O "Prêmio Bem Eficiente" é uma espécie de selo de qualidade nos serviços prestados, pois a entidade analisada não tem como saber quais os critérios de avaliação empregados, garantindo assim que não haja manipulação nas atividades ou que somente determinado setor a ser analisado passe por melhorias. Entre as muitas atividades desenvolvidas pelos Salesianos, está a de acolher os excluídos, direcionando para as escolas as crianças que não estão estudando.

O Instituto Salesiano de Curitiba atende cerca de 600 crianças e adolescentes, filhos de famílias carentes fornecendo educação e promoção humana devolvendo a auto-estima e despertando a cidadania.

A entidade não tem fins lucrativos, foi fundada em 1958 e é dirigida pelo Padre Arcângelo Deretti.

#### REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao reverendo Osni Ferreira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.06.2003

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao diretor presidente do Detran-Paraná, senhor Marcelo Almeida, pelo lançamento da revista mensal do Detran, denominada Detransito.

Da decisão do plenário, requerem envio de correspondência ao homenageado no endereço: Av. Victor Ferreira do Amaral, 2940 - Capão da Imbuia - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. diretor geral do DER, Rogério Walbach Tizzot, solicitando a liberação de recursos para a execução de projeto de calçamento com pedras irregulares do trajeto compreendido entre o prolongamento da Rua Osvaldo Cruz, da sede do município de Mercedes, até a divisa com o município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos vereadores da Câmara Municipal de Mercedes, como segue: Luiz Fernando Volz, Evandro Moreira, Adair José Nienkoetter e Arlindo Barboza.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O trajeto em questão, de aproximadamente 8 quilômetros, abrange expressivo número de moradores, que enfrentam problemas constantes com a estrada, que é de intenso movimento devido ao escoamento da safra agrícola e, se a mesma fosse pavimentada, esses problemas seriam resolvidos de uma forma quase que definitivamente.

#### REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Segurança Pública, solicitando o aumento de efetivo e o remanejamento de policiamento ostensivo para as ruas de Londrina, principalmente na Zona Sul, onde a violência vem atingindo um ponto crítico.

O presente requerimento deve-se pela situação observada na cidade nos últimos dias, já considerada a segunda mais violenta da Região Sul do País.

Sala das Sessões, em 16.06.2003

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Educação, solicitando quadra esportiva da Escola Estadual Cléia Godoy Fabrini da Silva, Ensino Fundamental e Médio de 1º Grau, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de um posto do INSS no município de São Mateus do Sul, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar - CEP 80010-200- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2003

(a) NATÁLIO STICA

#### REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao chefe da Casa Civil, Caíto Quintana pedindo a continuidade da obra do Corpo de Bombeiros na Zona Sul de Londrina, protocolo nº 4.806.172-9 e do Ilce-Instituto Londrinense de Educação a Criança Excepcional, nº protocolo 4.806.172-9, encontrando-se junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Casa Civil.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros terá grande importância para a população da Região Sul de Londrina, pois agilizará nos atendimentos, visto que a população hoje tem um atendimento demorado devido a localização distante da unidade que presta este serviço.

Da mesma forma, o Instituto Londrinense de Educação à Criança Excepcional é de grande importância para a cidade, pois atua diretamente na educação de crianças especiais, sendo de grande utilidade para Londrina.

#### REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo diretor presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de São Tomé.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de São Tomé, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Arley Hernandez de Biazzi, prefeito municipal e ao vereador Erivaldo da Cruz, presidente da Câmara Municipal - CEP 87820-000 São Tomé-PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo diretor presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Tuneiras do Oeste.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Tuneiras do Oeste, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Luiz Antonio Kraus, prefeito municipal e ao vereador Wilson Sidney de Souza, presidente da Câmara Municipal - Rua Santos Dumont, 01 - CEP 87450-000.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo diretor presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Francisco Alves.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Francisco Alves, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Nelson dos Santos Pereira, prefeito municipal e ao vereador Joaquim Rosa dos Santos, presidente da Câmara Municipal - Rua Irmãos Vilas Boas, s/n - CEP 87570-000.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo diretor presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Perobal.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Perobal, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. José Evangelista de Albuquerque, prefeito municipal e ao vereador Angelim Pedro Spancerski, digníssimo presidente da Câmara Municipal - Praça Curitiba, 1031 - CEP 87517-000.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do Inciso IV do artigo 18, do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária, de 17 de junho de 2003, a seguinte proposição: Projeto de Lei nº 125/2003, que altera a Lei Estadual nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O mencionado projeto foi aprovado em primeira sessão e se encontra em condições de ser votado.

#### REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao secretário da Segurança Pública, ao Comando da Polícia Militar e Comando do 17º Batalhão da PM do Paraná, solicitando providências concretas no sentido de minimizar os efeitos da atual situação de criminalidade e insegurança que assola a população dos bairros Santa Maria, Santiago, Vila Juliana, Jardim Primavera, Vila Macedo e Guaraituba, todos no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

As localidades supra citadas vêm sofrendo com a criminalidade e falta de segurança gerada pelo baixo número de efetivo e viaturas. Os poucos recursos de que dispõe a polícia, em consequência, prejudicam o trabalho em toda a região.

Recentemente nos foi relatado que no bairro Santa Maria, em apenas um fim de semana ocorreram 2 (dois) estupros e cerca de 10 (dez) assaltos; na Vila Macedo ocorreram no último mês 7 (sete) assassinatos, na maio-

ria dos casos, de adolescentes e vários roubos, furtos, entre outros delitos.

Vale salientar o empenho demonstrado pela Polícia Militar de Piraquara, que não tem medido esforços para atender às solicitações da população, porém, a mesma, sem adequadas condições de trabalho, não consegue atender toda demanda.

Nosso apelo é para que as autoridades competentes tomem as medidas cabíveis, aumentando o efetivo e viaturas, bem como proporcionando melhores condições de trabalho aos membros da corporação. E ainda, seja verificada a situação da Delegacia de Polícia da sede do município, que encontra-se interdita por determinação judicial, agravando ainda mais o problema.

#### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que se encaminhe expediente ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Educação, para externar o integral apoio dos paranaenses na proposta de transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet, com todas as suas unidades instaladas no Estado, em uma Universidade Federal, solicitando que sejam tomadas todas as medidas para tal proposta transformar-se em realidade o mais breve possível, assim como também sejam oficiados todos os deputados federais e senadores do Paraná, pedindo o empenho dos mesmos para a aprovação da proposta no legislativo federal, em regime de urgência, assim que for encaminhado pelo Executivo Federal, bem como um ofício dirigido para o deputado federal Irineu Mário Colombo, parabenizando-o pela sua incansável luta a favor dos Cefet's.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Jocelito Canto, Renato Gaúcho, Hermas Brandão, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Antonio Anibelli, Vanderlei Iensen, Pastor Edson Praczyk e Ademir Bier.

#### REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, criado pela Lei Estadual 13.456/2002.

1) O mencionado Conselho já foi instalado?

- Em caso afirmativo, indicar todos os membros do Conselho;

- em caso negativo, informar as razões.

2) Todas as instituições e órgãos de governo indicaram seus representantes?

- Em caso negativo, informar os órgãos e entidades que ainda não indicaram seus representantes.

2) Na hipótese de ainda não ter sido instalado, indicar os procedimentos que estão sendo adotados para que se efetivem as atividades do Conselho.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Instituições ligadas às atividades de atendimentos aos portadores de deficiência tem se dirigido ao mandato formulando questionamentos sobre o funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Segundo essas mesmas instituições o Conselho não estaria funcionando regularmente.

É com o intuito de obter as informações e indicar que ele passe a funcionar regularmente que apresentamos esse pedido.

#### REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao senhor Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um delegado de Polícia Civil para o município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento se justifica tendo em vista que diversos delegados de Polícia já passaram pelo município, entretanto, nenhum permaneceu.

Fato este que vem gerando intranquilidade à população do município de São João do Ivaí, devido a constantes casos de furtos a residências, arrombamentos a prédios comerciais, bem como a prática de outros ilícitos, razão pela qual se faz necessária a imediata designação de um delegado de Polícia para atender às demandas locais.

#### REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando reparos da rodovia PR-082, que liga o município de São Pedro do Ivaí a Jardim Alegre.

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia PR-082, que liga os municípios de São Pedro do Ivaí a Jardim Alegre, se encontra em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

## REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente:

O deputado abaixo assinado REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Caíto Quintana, chefe da Casa Civil do Governo do Estado, pedido de resposta às seguintes perguntas sobre a proposta do governo, de encampação do pedágio no Paraná.

01 - Quais os valores das indenizações que o Governo terá que pagar às concessionárias caso realmente ocorra à encampação?

02 - Considerando que em audiência de prestação de contas na Assembléia Legislativa, referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2003, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Exmo. Sr. Heron Arzua atestou não saber de onde sairiam os recursos para pagamento das indenizações às concessionárias do pedágio, de que fontes serão remanejadas ou subtraídas as referidas verbas?

03 - Que garantias reais teremos de que não será necessário remanejar, ou subtrair recursos dos setores de Saúde, Educação e Segurança, para o pagamento das indenizações?

04 - Qual o percentual de redução estimada dos valores das tarifas atuais para que sejam atendidas as necessidades dos agentes econômicos e da população em geral? E quais os critérios técnicos para a definição deste percentual?

05 - O governo, face à queda das tarifas, terá recursos suficientes para garantir em manutenção, melhorias e duplicação das estradas? Haverá necessidade de alongar cronograma para que estas obras sejam realizadas?

06 - Qual o volume de recursos previstos nos atuais contratos com as concessionárias para investimentos e duplicações, construções, obras de artes e outras? Como o Estado irá garantir este recurso?

07 - Como o Estado pretende administrar o pedágio? Os atuais funcionários serão demitidos? Serão contratados servidores mediante concursos públicos? Quais os prazos previstos para a regularização da operações em todos os seus aspectos?

08 - Face a possibilidade do Tesouro ter que arcar com a despesa de obras e manutenção de estradas, o que dizem os estudos técnicos do Governo a respeito das necessidades orçamentárias para a recuperação da malha a encargo do DER e em que prazo tais obras serão concluídas?

09 - Como será equacionada a perda de ISS dos municípios que abrigam praças de pedágio? O Governo do Estado irá propor algum tipo de compensação?

10 - O governo tem conhecimento do volume de financiamento contratado pelas concessionárias e de outros eventuais débitos? Como pretende tratar com esta questão?

11 - Nas negociações que vinham sendo conduzidas com as concessionárias o governo teve em algum momento, a percepção de que a encampação pode tornar-

se um ótimo negócio para empresas com eventuais dificuldades financeiras?

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O deputado que o presente requer, deverá votar a favor da encampação do pedágio. Entende, porém que para matéria desta importância, é necessário aprofundar a discussão. Desta forma visando o aprofundamento do debate, relaciona as questões do presente requerimento por considerá-las fundamentais para a definição do posicionamento desta Casa.

Os agentes econômicos deste Estado, bem como do Brasil afora, necessitam vislumbrar saídas para a difícil situação que enfrentam. Saídas que desonerem a produção e permitam saídas da atividade econômica e o combate ao desemprego que bate recorde.

A diminuição dos custos do pedágio é por todos tida como certa a partir dos posicionamentos do Governo, e é esperada para breve, para diminuir o custo-Paraná nas exportações e na atividade econômica em geral.

A sociedade, com certeza, preferiria uma saída negociada, pois tem nela maior confiança.

O encampamento porém, suscita dúvidas e levanta uma sensação de insegurança.

Subsiste com a esperança dos paranaenses de diminuição de custos, a incerteza de que sejam efetivamente positivos os impactos que venham a acontecer.

Por isso, fazemos nossas as indagações da população e de segmentos diretamente interessados no processo, apelando ao Governo para que informe à sociedade sobre a consistência de suas medidas e sobre salvaguardar que irá adotar para que ocorram prejuízos para a população.

## REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no Decreto nº 253 de 29 de janeiro de 2003, pedido de informações abaixo discriminados (para anexação em processo protocolado sob nº 5.414.051-7):

- Quantos funcionários do Governo do Estado não receberam promoção pelo Decreto nº 6383/2002?

- Quantos funcionários da Secretaria de Estado da Educação não foram promovidos pelo Decreto nº 6393/2992?

- Quantos funcionários foram promovidos pelo Decreto nº 6383/2002; e

- Qual seria o impacto financeiro no Orçamento do Governo do Estado caso fossem efetivadas as promoções dos funcionários não enquadrados no referido decreto?

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

# REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, do editorial publicado na coluna “Opinião” do jornal Gazeta do Povo, no dia 03 de junho de 2003, sob o título “Pelo ICMS sobre a energia”, cópia em anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao jornal Gazeta do Povo, na figura do seu diretor-presidente, Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 343/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13.859 de 06 de novembro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Solicitamos a referida alteração, pois consta em toda a documentação da entidade, conforme cópia do Cartão do CNPJ em anexo, Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

A entidade está encontrando dificuldades para a realização de contratos e convênios junto aos órgãos assistenciais, pois o nome que consta na Lei nº 13.859/2002, não confere com a documentação da entidade.

### PROJETO DE LEI Nº 344/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Missão S.O.S. Vida, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

A Missão S.O.S. Vida é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, tendo como principais objetivos: a recuperação e a reinte-

gração de vidas de meninos, meninas, adolescentes e adultos que vivem marginalizados nas ruas, a recuperação e integração social de viciados, desajustados, desamparados e abandonados, em qualquer faixa etária, independentemente de raça, cor, ceto ou posição social.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

### PROJETO DE LEI Nº 345/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede e foro na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da região do município de Nova Cantu, promovendo e contribuindo com a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a colaboração com o poder público, conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

### PROJETO DE LEI Nº 346/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Assis Gurgacz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Fixou residência em Cascavel, no ano de 1959, quando se dedicou, inicialmente, ao ramo do comércio ambulante e, posteriormente no ramo do transporte rodoviário de cargas.

A atuação pessoal e empresarial vitoriosa de Assis Gurgacz, foi pautada no seu empreendedorismo, na sua

coragem e na sua persistência, conforme se depreende da leitura do seu extenso curriculum vitae, que apresentamos em anexo.

Os atributos do homenageado tiveram grande significância no desenvolvimento não só do Estado do Paraná, como também do país, em especial, para o município de Cascavel onde elegeu-se vice-prefeito para a gestão de 1977 a 1982.

Seu destemor e sua vontade de produzir e fazer crescer seus negócios determinaram o acompanhamento de milhares de paranaenses, gaúchos e catarinenses que migraram para o então território de Rondônia, fincando também lá seus negócios, sem perder de vista a ampliação da sua base no Paraná, que em 1981, deu início à criação do centro administrativo Eucatur, inaugurado em 1985. Daí em diante novas fronteiras, novas linhas, novas estratégias e sempre o sucesso como consequência, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Roraima, Venezuela, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, foram alguns novos Estados e países que receberam as empresas do grupo Eucatur.

A partir de 1997 realiza mais um sonho, cria a fundação Assis Gurgacz, voltada a projetos sociais na área esportiva.

O chefe de família, o empresário e o empreendedor nunca parou de sonhar e outros sonhos e ramos de negócios foram e estão sendo desenvolvidos, sempre com espírito renovado e vontade ferrenha de crescer e fazer crescer seus parceiros.

Seu mais recente sonho é o de educar, já quase uma realidade através da faculdade Assis Gurgacz.

Brasileiro, empresário e pecuarista, portador do RG de nº 424.9826 SSP/PR e CPF de nº 005.858.319-04, natural de Cruz Machado/PR, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, 275 em Cascavel/PR; nascido em 31.05.1941, filho de Pedro Gurgacz e Helena Gurgacz, casado com Nair Vantorin Gurgacz, natural de Charrua/RS, com quem constituiu família, tendo como filhos: Acir Marcos Gurgacz, Jacqueline Aparecida Gurgacz, Algaci Marcos Gurgacz e Assis Marcos Gurgacz.

Residente em Cascavel desde 1959, inicialmente dedicou-se ao ramo de Comércio Ambulante até 1964, quando resolveu investir no ramo de Transporte Rodoviário de Passageiros, e fundou a firma individual "Assis Gurgacz" juntamente com sua esposa, com uma linha de ônibus de Cascavel, passando por Industrial Madeireira, Central Santa Cruz até Santa Tereza. Dia 31 de março o Sr. Assis Gurgacz adquiriu um ônibus juntamente com a linha de Cascavel a Santa Tereza da Empresa de Transporte Coletivos Eneide Ltda, pertencente ao Sr. Sebastião Dagostini. A compra se deu por uma negociação de terra de 10 alqueires e 6 cabeças de gado. A linha praticamente não tinha valor, o que valia era o ônibus. Sessenta dias depois o ônibus já não suportava a demanda de passageiros e foi aí que o Sr. Assis se deslocou para a cidade de Erechim/RS com um jeep e deu o mesmo de entrada na compra de um F 600 da Empresa União Erechim, atual-

mente conhecida como Unesul, para fazer a linha Cascavel a Guavirá. Foi nesse momento que surgiu a idéia do nome da empresa, União Cascavel, que demonstrava o interesse de seus fundadores em unir a região Oeste do Paraná, prestando serviço pioneiro no transporte de passageiros. A partir de então, começou a aumentar o pessoal e Dona Nair fornecia as refeições para seus funcionários. Todos comiam na mesma mesa, era o início de uma família.

Em 1965 a então pequena empresa, veio a adquirir um terreno situado na Rua Erechim. Foi construído apenas um "trapiche" com duas planchas de madeira e a manutenção dos ônibus eram feitas ao ar livre. O primeiro mecânico chefe foi o próprio Sr. Assis e era ajudado por Dona Nair e pelo Sr. Afonso Pencal, primeiro cobrador. Eles próprios trocavam o óleo, revisavam e substituíam peças do ônibus, além de fazerem a limpeza.

Em 1966, o aumento do transporte de passageiros e o início das viagens especiais, fizeram com que a empresa pudesse dar seus primeiros passos com firmeza e ir solidificando suas estruturas de modo a marcar presença em quase todos os cantos do Oeste do Paraná e já começando a sair pelo Brasil e fora com viagens especiais e turismo. Nesse ano o escritório começou a funcionar na sede na Rua Erechim, 1.679.

Novas estradas foram abertas em 1967, na região Oeste paranaense, principalmente ligando as cidades de Catanduvas, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques e Cascavel. Esta época foi de grande crescimento e progresso na região e a empresa também expandiu-se e buscou apoio junto aos amigos proprietários da Empresa Sulamericana, na pessoa dos Srs. Ernesto Schaedler, Ernesto Benoni Sandri e Otaviano da Rosa, que gentilmente confiaram na venda de quatro veículos usados sem entrada para o Sr. Assis. O turismo começa a se fortalecer e a empresa começa a abrir fronteiras e percorrer o Brasil.

Com o crescimento do turismo a empresa buscou se preparar e mais pessoas começaram a trabalhar na empresa e em 1968 as viagens especiais tomaram proporções significativas. Sr. Assis Gurgacz elegeu-se vereador em Cascavel para a gestão de 1969 a 1972.

No ano de 1969 a Empresa Sulamericana associou-se à União Cascavel com 45% cedendo mais três ônibus. Mas o sucesso da empresa se deu realmente pela dedicação e coragem do Sr. Assis que nas horas de maior dificuldade poderia ter parado, mas não o fez. Na época não era novidade encontrar sempre o Sr. Assis correndo por todos os lados em busca de seus objetivos sem nunca cansar e jamais desanimar.

O ano de 1970 foi marcado pela compra do primeiro ônibus novo da empresa, o número 40, um sofisticado Mercedes-Bens 1113, carroceria Incassel, com 32 lugares, cabinado, um veículo super luxo. Os serviços na região já alcançavam Santa Tereza, São Francisco, Guavirá, Alvorada, Braganey, Boa Vista da Aparecida, Porto

Pichek, Catanduvas, Mato Ralo, Ibiracema, Alto Alegre, Três Barras, Capitão Leônidas Marques, etc.

O ano de 1971 pelo avanço no turismo, superando todas as expectativas. A concorrência era forte, mas apesar de tantas dificuldades, superava-se tudo. Foram comprados os veículos de números 35 e 39 que vieram de São Paulo para fortalecer os serviços.

Mas o ano de 1972 é, sem dúvida, um marco para o empresário, pois uma vez acreditando no progresso de uma região brasileira pouco explorada, no dia 21 de agosto iniciou-se a primeira viagem para o então Território Federal de Rondônia, sendo a Empresa União Cascavel a única empresa a fazer uma linha regular de transporte rodoviário de passageiros, ligando o Sul ao Norte do País. Os agricultores brasileiros estavam sendo atraídos para o Paraguai com promessas de facilidade na aquisição de terras e prosperidade. Se esse movimento se concretizasse seria uma grande perda para o Brasil. Então, o Sr. Assis foi conhecer a região de Rondônia junto com sua esposa para conseguir algum incentivo. A partir de então começaram a surgir facilidades na compra de terras.

Assim, começou a ser feita a divulgação e neste momento, vivia-se o entusiasmo para colonização no Território, com inúmeros benefício e incentivo oferecidos pelo governo federal às pessoas que desejassem receber terras. Justifica-se assim, a migração de centenas de famílias gaúchas, catarinenses e paranaenses, utilizando os serviços da empresa, com transporte de móveis, materiais de construção, animais domésticos e tudo mais que seria base para o início de uma nova vida. As viagens duravam até mais de duas semanas inteiras, enfrentando as mais diversas adversidades. Rondônia, uma região brasileira que até aquele momento não recebia incentivo algum do Governo, muito menos para a sua colonização. Quando a Eucatur chegou lá, existia apenas dois municípios - Porto Velho e Guajará Mirim - hoje o Estado possui mais de 50 municípios. Todos esses municípios que foram criados posteriormente, tiveram ajuda direta da Eucatur, transportando os primeiros moradores, os colonos, os pioneiros. Na época um dos melhores sistemas de comunicação em todo o Território era a estrutura de rádio amador que a empresa possuía, dessa forma, os serviços eram usados por muitas pessoas. Com certeza, tudo isso ajudou no crescimento e na formação daqueles municípios, já que o serviço de transporte é essencial. Isso é gratificante, pois é algo que ninguém poderá "tirar" da história da Eucatur.

No ano de 1973, a empresa passou a atender com mais ênfase ao turismo devido a boa fase e grande procura por viagens especiais. Então a denominação social da empresa foi alterada de Empresa União Cascavel de Transporte Ltda, para Eucatur-Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.

O símbolo da Eucatur é escolhido em 1974. A união dos povos, União Cascavel, a união das cobras. As duas cobras de mãos dadas representa a força da União Cascavel na região Oeste paranaense, fortalecendo a liga-

ção com o então território de Rondônia. Com o movimento de passageiros novos veículos são adquiridos e com eles mais empregos e maiores responsabilidades. Neste mesmo ano a Eucatur entra no Estado do Acre com linhas de ônibus de Rio Branco a Sena Madureira.

Em 1975, com a compra da empresa Rainha do Sertão e das linhas Capitão Leônidas Marques a Capanema, Porto Busato a Planalto, expandiu-se assim a integração na Região Oeste paranaense, que contava com filiais em Capitão Leônidas Marques, Capanema, Realeza, Boa Vista da Aparecida e Santa Tereza. Em 1975 a Eucatur sai do Estado do Acre e adquire as linhas pertencentes aos setores de Guaraniaçu/PR e Matelândia/PR da Expresso Maringá. Encerra-se a sociedade com a empresa Sulamericana. Os Sr. Ernesto Schaedler, Ernesto Benoni Sandir e Otaviano da Rosa que no ano de 1969 haviam se associado à União Cascavel vendem suas partes ao Sr. Assis Gurgacz. É a Eucatur caminhando com suas próprias forças.

Em 1976 movidos pelo pioneirismo e o desejo de uma vida melhor, os agricultores e cafeicultores começavam a procurar por novas terras, novas culturas. Além do mais as grandes frentes frias registradas neste ano, atingindo o Oeste e Norte paranaenses contribuem para o êxodo rural tendo um aumento da migração para Rondônia. Foi também reativado o serviço de ônibus circular de Santa Tereza a Cascavel. Neste ano Assis Gurgacz elegeu-se vice-prefeito de Cascavel para a gestão de 1977 a 1982.

Em março de 1977, Assis Gurgacz instalou sua filial de transportes e turismo na então Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná, com início das viagens dentro do Estado de Rondônia na BR 364 entre Vilhena a Porto Velho. No dia 15 de abril é deferido pelo Presidente da Embratur-Empresa Brasileira de Turismo, o certificado de Registro da Eucatur como Transportadora Turística.

Em 1978 temos o início e a conclusão da PR 182 com pavimentação asfáltica, ligando Cascavel a Capitão Leônidas Marques. No território de Rondônia intensificam-se os serviços prestados à medida que também novas estradas vão sendo abertas ao longo de toda a BR 364. Da capital rondoniana saem diversos horários para o interior, ligando Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Em novembro o Incra também reabre novas áreas de terras, formando novos povoados e consolidando o movimento de passageiros. Iniciava-se o transporte de encomendas em geral para as cidades que possuíam filiais.

Em janeiro de 1979 a empresa foi requisitada pelo DNER para fazer viagens especiais de Cuiabá a Porto Velho, pois a precariedade das estradas na época das chuvas impediam que as empresas que tinham a concessão conseguissem cumprir os horários. Este ano é marcado também pela compra de várias dezenas de ônibus novos que vêm para aumentar a frota e a incorporação de empresas que operam dentro do estado de Rondônia. Veículos leitos e semi-leitos são colocados para atender aos passageiros que se dirigiam do interior para a capital em Rondônia.



No ano de 1980 continua a incorporação de empresas e foram adquiridos vários ônibus Volvo, carroceria Incassel Jumbo que faziam fretamento de turismo e viagens especiais para Rondônia, sendo que iam até Cuiabá/MT. Chegando lá eram trocados por ônibus Mercedes-Benz mais alto e apropriados para as precárias condições da BR 364, na época sem asfalto. No mês de março foi realizado o primeiro curso de Direção Defensiva aos motorista no Senai de Cascavel, para mais de 30 participantes. A partir de então não parou mais o trabalho da capacitação dos motoristas na própria empresa.

Já o ano de 1981 foi o ano da expansão. Só neste ano foram comprados 50 ônibus, aumentando consideravelmente a frota e beneficiando aos usuários em geral. Também foi o ano do início do projeto para a construção do Centro Administrativo Eucatur em Cascavel/PR. No dia 20 de dezembro, Rondônia passou a ser Estado e com a ampla divulgação da nova fronteira agrícola do país, a migração em direção ao Novo Eldorado brasileiro aumentou.

Em 1982, já com uma frota de mais de 230 ônibus, atingimos por linhas regulares e turismo, quase todo o território brasileiro. Era constante ver ônibus da Eucatur rodando pelas principais rodovias brasileiras. Este ano também houveram os piores atoleiros da BR 364 entre Cacoal/RO e Ji-Paraná/RO. Em algumas viagens os passageiros desciam dos ônibus e enfrentavam até 60 km de barco para prosseguirem suas viagens em outros ônibus da empresa que os aguardavam. Para vencer as precárias estradas dentro do Estado de Rondônia, também foram comprados ônibus traçados, chamados de Teixeira. Estes ônibus são equipados com dois diferenciais, no eixo dianteiro e traseiro. São apropriados para vencer as dificuldades das regiões arenosas.

Em 1983, a Eucatur atendia ao Paraná e a Rondônia com linhas municipais e intermunicipais, além das interestaduais que ligavam o Paraná, Mato Grosso e Rondônia. No início do ano houve a associação com o Grupo Andorinha, da cidade de Presidente Prudente/SP, onde a Eucatur passou a executar outras linhas regulares nos Estado de Mato Grosso, Amazonas e no território de Roraima. No dia 12 de maio a linha Cascavel/PR a Porto Velho/RO passou a ser oficial. É uma das maiores linhas da América do Sul, com 3.160 km. Um grande desejo e sonho do Sr. Assis Gurgacz, Dona Nair e toda a família é realizado. Em agosto a empresa lança o CEU-Comunicador Eucatur, jornal interno dos funcionários.

Grandes modificações ocorrem na pintura dos ônibus em 1984. No mês de março chegaram ônibus Volvo, Nielson/Diplomata, padronizados pela nova pintura. Em junho também chegaram novos ônibus MBB 0364 e Volvo, carroceria Marcopolo/Paradiso, os primeiros da Eucatur. Foram os primeiros ônibus Volvo, equipados com terceiro eixo e mais altos com novo visual a rodarem na região amazônica. No dia 12 de setembro ocorre a inauguração do asfalto da BR 364, Rodovia Marechal Rondon, ligando Cuiabá/MT a Porto Velho/RO. O sofri-

mento dos atoleiros, poeira e areião ficaram fazendo parte do passado. O setor de encomendas acompanhava o crescimento da empresa no geral e se fortalecia com o passar do tempo.

O ano de 1985 é marcado pela inauguração do Centro Administrativo da Eucatur em Cascavel/PR, acontecido em janeiro. A velha e acanhada garagem que servia de moradia da família Gurgacz e berço da Eucatur desde o seu início já não mais suportava e nem condizia com a realidade da empresa em seus 21 anos. Agora novas, amplas e confortáveis instalações acolhiam aos funcionários para marcar novas páginas na história desta empresa.

Em janeiro de 1986 chegam novos ônibus Volvo B58E com carroceria Marcopolo Paradiso e Viaggio. Em abril a Eucatur voltou a operar em caráter extra-oficial uma das maiores linhas de ônibus do Brasil e das Américas, Colatina/ES e Porto Velho/RO com 3.600 km de extensão e aproximadamente 52 horas de viagem. No ano de 1986, Assis e Nair Gurgacz recebem da empresa, de presente em homenagem aos 25 anos de casamento, o veículo número 1, o ônibus que começou a empresa totalmente recuperado. Em julho com o desenvolvimento, o progresso, o crescimento e a necessidade de agilidade nos serviços internos a empresa também entra na era da informática, adquirindo computadores e montando o Centro de Processamento de Dados em Cascavel/PR. No dia 03 de dezembro aconteceu a inauguração do prolongamento da linha Cascavel/PR a Porto Velho/RO, passando a ser Curitiba/PR a Porto Velho/RO com 3.640 km, a maior linha de ônibus regular do Brasil.

Em 1987 chegam novos ônibus Volvo B10M, último lançamento do mercado brasileiro, com carroceria Paradiso, pela inauguração do novo terminal rodoviário de Cascavel/PR. No mês de dezembro surge a empresa Viação Integração. A Eucatur e a Expresso Maringá unem-se formando esta nova empresa com 90 veículos para servir as cidades de Cascavel, Maringá e Foz do Iguaçu, Sinop e Alta Floresta no Mato Grosso, Rio de Janeiro/RJ e Aparecida do Norte/SP.

Em fevereiro de 1988 os novos ônibus vieram com algumas modificações na pintura. Foi retirada a cor cinza e o preto da saia. Em maio a empresa recebe em Tumeremo na Venezuela o Prêmio Nacional de Turismo por ser a empresa pioneira em excursões turísticas do Brasil a Venezuela. No mês de agosto é inaugurada a linha Campo Grande/MS a Florianópolis/SC, com 1544 km e duração de 24 horas de viagem. Inicia-se também a empresa Eucatur Táxi Aéreo, especializada no transporte aéreo, contando com aeronaves próprias para viagens nacionais e internacionais, fazendo vôos principalmente no Paraná e em Rondônia.

Em janeiro de 1989 houve a inauguração da linha Boa Vista/RR/BR a Ciudad Bolívar/Venezuela, com 984 km de extensão e quinze horas de viagem. É o ano que a empresa comemora seu Jubileu de Prata. São 25 anos de dedicação ao transporte coletivo de passageiros. São 25

anos de transporte feito com carinho. Neste ano deu início ao transporte urbano na Capital do Amazonas, Manaus. O atendimento ao usuário começa com cerca de 20 veículos e um ano depois já opera com 100. Em agosto a Eucatur adquiriu linhas da Empresa Auto são Cristóvão S/A, vindo com isso atender as metrópoles de São Paulo/SP e Porto Alegre/RS, que também passam a receber os serviços da empresa.

Logo no início de 1990, em fevereiro, chegam novos ônibus, tanto Volvo como Mercedes-Benz. A renovação da frota é constante.

Vindos de Caxias do Sul/RS, em 1991, chegam mais ônibus novos Mercedes-Benz, OF 1318, carroceria Marcopolo Torino, a fim de integrarem a frota urbana de Manaus/AM. Em fevereiro é inaugurada a nova garagem na Capital do Amazonas. Em 09 de julho foram inauguradas mais duas grandes linhas da empresa, Erechim/RS a Ji-Paraná/RO e São Miguel do Oeste/SC a Cuiabá/MT. No mês de agosto chega o primeiro ônibus articulado adquirido pela empresa, um Volvo B58E, carroceria Marcopolo/Torino para o transporte urbano. Em outubro teve início a linha de Craciúma/SC a Porto Velho/RO.

Em 1992 o Sr. Assis Gurgacz e a Eucatur têm muito a comemorar, são 20 anos que o primeiro ônibus partiu para o território quase que desconhecido de Rondônia. No princípio as viagens eram a cada 60 dias, depois 30, 15 até tornarem-se diárias. O mês de dezembro inicia com o pé direito, é acrescentada mais uma linha as diversas já possuídas pela empresa. A linha de Porto Alegre/RS a Rio Branco/AC, com 4200 km e 72 horas de viagem.

Em 1993 consolida-se o transporte urbano de passageiros em Manaus. No final de cada ano chegam os veículos da série 30, os Mercedes-Benz O-400.

Comemoração, muita festa em 1994. No dia 31 de março a Eucatur completa 30 anos de prestação de bons serviços. É o Jubileu de Pérola.

Mais uma capital é atendida pelo serviço da Eucatur com linhas urbanas. É a cidade de Boa Vista em Roraima abrangendo 50% das linhas daquela cidade em 1995. Neste mesmo ano chegam os ônibus Volvo B10M, com carroceria Marcopolo Paradiso, com a denominação Amazon Bus, que trazem as últimas tendências mundiais em seu projeto e ainda, equipados com ar condicionado e calefação automáticos e geladeira. A água mineral é parte integrante em todas as viagens com o Amazon Bus. Amazon é um termo usado para definir a região Amazônica, conhecida mundialmente pela sua grandeza e inúmeras belezas naturais. Bus é a substituição da palavra ônibus. Neste ano foi iniciada a linha de Brasília/DF a Porto Velho/RO com cerca de 2600 km. Iniciou a linha rodoviária de São Paulo/SP a Riberlta, na Bolívia, com 3660 km, e Manaus/AM a Ilha de Margarita, no Caribe, em mais de 2100 km.

Chegam os ônibus Amazon Bus Special em 1996. Eles são mais altos dos demais da frota e as poltronas reclinam mais devido ao maior espaço entre as fileiras.

Neste mesmo ano chegam os ônibus Amazon Bus 2000, inovação a toda a prova. Os ônibus Amazon Bus inovaram o atendimento aos clientes, dando o conforto e segurança encontrados antes somente em ônibus leito.

Tanto o transporte urbano como o rodoviário de passageiros é um trabalho gratificante e de grande responsabilidade, e o transportar de encomendas não deixa de ser também. Em 1997 são adquiridos novos veículos Kombi para tomar o serviço de coleta e entregas mais ágeis. As carretas ganham novo design em seu visual.

Marcada pelas constantes inovações na frota, a Eucatur soma à série Amazon Bus mais um modelo exclusivo em 1998. O Amazon Bus articulado, conhecido como “Verdão” pela população, operando em Manaus. Era complicado ter que viajar de Boa Vista/RR a Manaus/AM através da BR-174 devido aos condições do percurso. Mas em 1998 foram concluídas as obras de asfaltamento e o tráfego de veículos melhorou muito. Chegam os veículos Volvo B12B, com carroceria Paradiso Low Driver, da Marcopolo. Os ônibus recebem novo visual, tendo sua pintura alterada mas sempre mantendo suas cores.

O conforto chega em 2 andares em 1999. O Amazon Bus Imigrante é a revolução no transporte. Com tecnologia de ponta pode transportar 40 passageiros na parte superior e 12 na inferior. A visão é privilegiada aos passageiros de qualquer dos pisos, porque as janelas são maiores e os vidros são fumês. O Imigrante foi batizado em homenagem àquelas pessoas que há mais de 20 anos, impulsionaram o atual Estado de Rondônia, nossos imigrantes.

No setor de encomendas os serviços também são modernizados e no ano de 2000 são adquiridos mais caminhões para o serviço de coleta e entrega e agilidade no transporte de mercadorias. Chega para complementar a frota o veículo B10R Volvo com carroceria Marcopolo 1550LD, o primeiro veículo da série B10 com motor tra-seiro.

No mês de maio de 2001, Assis e Nair Gurgacz recebem dos filhos na comemoração de 40 anos de casamento, o primeiro ônibus comprado novo pela empresa, o número 40, totalmente recuperado. Ampliando a frota, chegam mais ônibus Volvo B10R Marcopolo 1550LD. Com o comprimento de 14 metros, proporciona um espaço maior entre as poltronas. São adquiridos para linhas curtas micro-ônibus, equipados com ar-condicionado e vidros amplos e fumês nas janelas, proporcionando uma visão privilegiada. Neste mesmo ano volta a ingressar a frota os ônibus Mercedes-Benz O-400. A alta tecnologia invade o transporte rodoviário de passageiros. Neste ano é inaugurada a nova garagem da filial de Porto Velho em Rondônia.

Nesses quase 38 anos de vida a Eucatur passou a atender inúmeras outras linhas rodoviárias e linhas urbanas. A empresa cresceu, modernizou-se e associou-se a outros grupos e originou outras empresas. Atualmente, a Eucatur possui uma estrutura operacional, com garagens,

agências, pontos de apoio e de paradas, distribuídos por várias cidades do Brasil. Assim a Eucatur assume um papel de importância no desenvolvimento do país, e também presta serviços de transporte internacional, com linhas que ligam o Brasil à Venezuela e Bolívia.

Além dos ônibus rodoviários e urbanos, os serviços do transporte de encomendas são atendidos por uma frota própria de veículos de coleta e entrega nas localidades atendidas com linhas rodoviárias e também com caminhões e carretas.

Outras empresas, outros ramos de trabalho são adquiridos pelo Sr. Assis Gurgacz no decorrer de sua trajetória de vida, em 1993 entra no ramo das comunicações através do Jornal Diário da Amazônia, com matriz situada na capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, com vistas na informação consistente e confiante disponibilizada a população. Em 1995 é constituída a empresa Eucatur Recapadora de Pneus em Manaus, onde são executadas reformas de pneus em tecnologia avançada e com alta qualidade.

Em 1997, foi criada a Fundação Assis Gurgacz para que fossem executados diversos projetos sociais na área esportiva, envolvendo principalmente as crianças, pois desde 1980 o Sr. Assis incentiva o esporte, com prioridade das crianças, como vemos a escolinha de futebol da Eucatur. Com o sucesso e o crescimento desses projetos, mais profissionais eram necessários para sua realização e ampliação. Nesse momento, percebemos que nossa contribuição poderia ser ainda maior. Por que não formar esses profissionais? A Faculdade Assis Gurgacz é prova que os sonhos nunca devem parar. Prova que, por mais difícil que seja, com trabalho, otimismo e união, os sonhos se realizam. Assim pensa Assis Gurgacz. O empreendedor, o chefe de família, o empresário, o sonhador. Parece que ele já nasceu sonhando com o futuro e ao longo de sua jornada foi conquistando seu espaço. Suas empresas encurtam as distâncias nos transportes, mostram a cara do Brasil nos meios de comunicação, fazem crescer o país na construção civil.

O mais recente sonho foi educar homens. Foi, porque hoje é realidade. Os caminhos para esta realização foram outros, mas o destino idêntico dos demais: o futuro de muitos brasileiros. Sem fronteiras, sem limites, através dos caminhos do saber, da profissionalização, da possibilidade de criar uma sociedade consciente. É o Brasil de amanhã.

A Fundação e Faculdade Assis Gurgacz estarão sempre implementando esta realidade, através de um espaço físico, técnico, cultural e espiritual capaz de realizar as aspirações de inúmeros cidadãos. Isso é possível com uma equipe de qualidade, com os acadêmicos e a vontade para a conquista desse objetivo.

Passo a passo a estrutura começa a criar forma e em setembro de 1998 foram protocolados no Ministério da Educação e Cultura os projetos para implantação dos cursos superiores de Pedagogia, Educação Física e Comunicação Social. No dia 23 de agosto de 1999, o

ministro Rafael Greca, marcou com grande entusiasmo a aula inaugural da FAG, deixando os novos calouros cientistas do futuro promissor que os espera nos caminhos do conhecimento. Foi um marco na história da nova faculdade, provando que o melhor na idealização de um sonho, é interagir com a sociedade que se beneficiará dos seus resultados.

No dia 31 de julho de 2001, é inaugurada a primeira etapa da estrutura física da Faculdade Assis Gurgacz, com laboratórios equipados a nível de última geração e biblioteca com um vasto material de pesquisa e estudo, um investimento que visa a educação com qualidade superior. Projeto que está apenas no seu início. A instituição conta com mais de 10 cursos e corpo docente de grande capacidade.

Em 2002 ocorreu a renovação de frota dos ônibus rodoviários da Eucatur com a compra dos chassis MBB O-400. No setor urbano houve a renovação de frota com a compra dos chassis MBB OF-1721. Houve a ampliação de frota dos ônibus urbanos articulados com a compra dos chassis Volvo para atuação no sistema de transporte de passageiros com corredores exclusivos de grande capacidade que foi inaugurado no dia 14 de dezembro, gerando conforto e agilidade aos clientes e qualidade de vida à população de Manaus.

Neste ano a estrutura física da FAG foi ampliada buscando atender a demanda de novos acadêmicos e a implantação de novos cursos superiores, totalizando 17, e os projetos sociais para a população de Cascavel e região.

Para 2003 existem grandes expectativas para o início das atividades da nova garagem da filial de Ji-Paraná/RO concretizando um projeto conquistado através de muito trabalho buscando o melhor para os clientes e funcionários da Eucatur.

A família sempre esteve presente e ativa nas atividades desenvolvidas pelo Sr. Assis Gurgacz. Sua esposa sempre esteve ao seu lado, dando forças nas dificuldades e compartilhando as alegrias. Desde o início da empresa esteve ao seu lado, dando forças nas dificuldades e compartilhando as alegrias. Desde o início da empresa esteve sempre presente no cotidiano dos negócios, auxiliando na administração e em tomadas de decisões. Seus filhos sempre que possível acompanhavam também nas viagens. Participam ativamente da administração das empresas. Desde cedo, cada um passou a dedicar-se e a cuidar dos negócios da família. Sempre estiveram ao lado do Sr. Assis, aprendendo, ajudando, entendendo o trabalho do pai. Depois que cresceram “vestiram” ainda mais a camisa e hoje são fundamentais para a administração. Com o esforço de todos é que a Eucatur conseguiu se firmar como uma empresa que pudesse atender as necessidades dos clientes.

Durante alguns anos, Assis Gurgacz dedicou-se a política, sendo eleito vereador em 1968 (com mandato de 1969 a 1972), na gestão do Sr. Octacílio Mion e posteriormente elegeu-se vice-prefeito da cidade de Cascavel em 1976 na gestão de Jacy Miguel Scanagatta (com mandato

de 1977 a 1982). A política está no sangue da família Gurgacz, Acir Marcos Gurgacz, filho de Assis Gurgacz, como o pai, se elege prefeito de Ji-Paraná/RO em 2000. No dia 01/01/2001, recebe o cargo com a realização de uma sessão solene de posse da nova administração.

Por reconhecimento ao trabalho que vem realizando ao longo dos anos e por tantos esforços, o empresário Assis Gurgacz recebeu inúmeros títulos como:

- Troféu “Destaque” conferido pela Associação Cascavelense de Estudantes Secundaristas em 1980;
- Prêmio Distinção Brasil “Gente do Ano” conferido pelo Centro Cultural Brasileiro;
- Diploma de Consagração Pública conferido pela Embrapras - Empresa Brasileira de Pesquisa das Atividades Sociais em 1981;
- Prêmio Integração Nacional conferido pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Integração Social em 1981;
- Certificado: Caravana de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil / Bolívia / Chile / Peru - empreendida no período de 08/09 à 02/10/1995;
- Comenda da Ordem do Mérito Ambientalista conferido pelo Idema - Instituto da Amazônia de Defesa e Preservação do Meio Ambiente em 28/04/1996;
- Joannes Paulus II Pont Max - Comenda de Cavaleiro de São Gregório Magno concedida pelo Papa João Paulo II em 04/03/1999;
- Título de Cidadão Honorário das Cidades de:
  - . Cascavel/PR - Lei nº 2695/97 - 20/12/2000;
  - . Santa Tereza/PR - Lei nº 216/96 - 14/12/1996;
  - . Cruz Machado/PR - Lei nº 001/96 - 09/09/1996.
  - . Ji-Paraná/RO - Lei nº 177 - 12/09/1988;
  - . Ouro Preto do Oeste/RO - Lei nº 040 - 13/12/1996;
  - . Vilhena/RO - Lei nº 022/95 - 22/11/1995;
  - . Cacoal/RO - Lei nº 892/97 - 14/12/1999.

A trajetória ascendente do Grupo Eucatur é o resultado do trabalho de seus profissionais, representados por todos os seus funcionários - da fundação mais singela aos mais altos escalões - somando com a união do casal Assis Gurgacz e Nair Ventorin e a ajuda de seus filhos, irmãos, noras e sobrinhos que participam ativamente do cotidiano das empresas.

Com a expansão dos investimentos do empresário Assis Gurgacz para outros ramos econômicos de atividade surgiram outras empresas que formam o Grupo Eucatur, que são as seguintes:

- Eucatur - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.
- Viação Nova Integração Ltda.
- Asgel - Assis Gurgacz Empreendimentos Ltda.
- Nova Integração Administrativa de Bens Próprios Ltda.
- Transtol - Empresa de Transportes Coletivo Toledo Ltda.
- Aucatur - Agência União Cascavel de Turismo Ltda.
- Transportes Coletivo Serrazul Ltda.

- Construtora Pereira Campanha Ltda.
- Empresa Pioneira de Transporte Coletivo Cascavel Ltda.
- CMA - Administração de Bens e Serviços Ltda.
- FAG - Fundação Assis Gurgacz.
- Centro Educacional Assis Gurgacz Ltda.
- Concessionária Águas de Juara Ltda.
- Águas de Primavera Ltda.
- Gramazon - Granitos da Amazônia S/A.
- Coexp - Comércio e Construção Ltda.
- Editora Diário da Amazônia Ltda.
- Amazônia Publicidade Ltda.
- Transamazônia Transportadora de Cargas e Derivados de Petróleo Ltda.
- Copasa - Construções, Pavimentações e Saneamento Ltda.
- Amazônia Pneus Ltda.
- Restaurante e Lanchonete Alvorada Ltda.
- Amazônia Mineração e Extração Ltda.
- Rádio Alvorada de Rondônia Ltda.
- Eucatur - Recapadora de Pneus Ltda.
- Expresso Caribe C.A.
- Empresa de Transportes Andorinha S/A.
- Andorinha Transportadora Ltda.
- Jandaia Transportes e Turismo Ltda.
- Expresso Mato Grosso Ltda.
- Andorinha Transportadora de Derivados de Petróleo Ltda.
- Fazenda Cascavel.
- Fazenda Charrua.

Curitiba, 16 de junho de 2003.

**PROJETO DE LEI Nº 347/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo do presente projeto de lei é declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico. É uma sociedade civil de direito privado, tendo sua sede na Rua Cambará, nº 585, 4º andar, centro, Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CGC-MF, sob o nº 02.460.572/0001-89, fundada em 08 de março de 1.997.

A entidade foi declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 7.384, de 29 de abril de 1998.

A Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, tem entre outros objetivos os seguintes:

instituir e desenvolver programas de assistência à mulher visando o controle do câncer ginecológico e das mamas; prover recursos financeiros para a manutenção do programa paranaense e controle do câncer ginecológico; desenvolver programas de apoio à família, à maternidade e à infância, de acordo com a legislação pertinente; e cooperar com os organismos públicos e privados no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, para tanto celebrando convênios, acordos e contratos para consecução de seus objetivos.

Convém salientar que a entidade em questão encontra-se em conformidade com os ditames da Lei nº 6.994/78.

Diante do exposto, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 348/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a utilização de alimentos geneticamente modificados na composição da merenda escolar, fornecida aos alunos dos estabelecimentos de ensino público da rede estadual, do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Entende-se por alimentos geneticamente modificados, o alimento que contém em sua composição, produto geneticamente modificado, em qualquer percentual.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa (90) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(aa) ELTON CARLOS WELTER  
LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

As questões que envolvem os Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), também denominados "transgênicos", ainda estão pendentes de vários estudos relacionados à segurança alimentar, à saúde humana e ao meio ambiente.

Em espaços internacionais de debate, a rotulagem dos transgênicos e a biossegurança têm sido consideradas questões essenciais. Na reunião de Montreal sobre o protocolo de Biossegurança, no Canadá, em janeiro de 2000, a adoção do "Princípio da Precaução" foi o grande norte, devida a ausência de certeza científica oriunda de informações e conhecimentos científicos sobre os transgênicos.

Considera-se que a ausência da evidência - de que os transgênicos causam mal à saúde e/ou ao ambiente - não nos dá o direito de afirmar de que há evidência de ausência, e o que se espera, no mínimo, é a realização do EIA/Rima - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, de todos os produtos que se pretenda introduzir para o consumo humano.

Em termos de Brasil, o parecer do Dr. Paulo Affonso Lemes Machado, um dos mais respeitados juristas do Brasil na área do Direito Ambiental, apresentado no Seminário sobre o Direito da Biodiversidade, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, em 14 de maio de 1999, é claro nesse sentido: "Acentue-se que a utilização e a liberação de organismos geneticamente modificados, resultantes da biotecnologia, comporta riscos que provavelmente provoquem impacto ambiental negativo que possa afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica como também comporta riscos para a saúde humana (Art. 8º, "g" da Convenção da Diversidade Biológica). E nesse caso, tanto a Conservação da Diversidade Biológica (Art. 14, "a") como a Constituição Federal Brasileira (Art. 255, parágrafo 1, IV) indicam a necessidade de exigir-se o estudo prévio de impacto ambiental. Não tenho dúvida em afirmar que os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança ou os funcionários dos Ministérios ou das Secretarias Estaduais competentes que deixarem de exigir a avaliação de impacto devem ser responsabilizados civil e criminalmente".

As incertezas que envolvem os produtos transgênicos em nosso país, em especial nos aspectos relacionados a biossegurança dos alimentos geneticamente modificados - transgênicos - por si só justificam a aprovação desta lei, que proíbe a utilização de alimentos geneticamente modificados, na merenda escolar em escolas públicas estaduais do Paraná.

Por isto posto, nota-se que inexistem estudos conclusivos e definitivos sobre a inocuidade dos alimentos geneticamente modificados e, portanto considera-se que esta lei, em sendo aprovada, irá resguardar a saúde das crianças e jovens de nosso Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 349/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Caiuá e Ilhéus, com sede na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Declaro que a AMCI - Associação de Moradores dos Conjuntos Residenciais Caiuá e Ilhéus, com sede na

ria Marcos Antonio Malucelli, 01, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita na CNPJ 68.621.648/0001, está em pleno e regular funcionamento, desde 12/07/92, cumprindo suas finalidades estatutárias.

E se tratando de uma associação que tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, pleiteando recursos e soluções; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da associação; representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade; receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, pleiteando as respectivas soluções; desenvolver trabalhos com crianças, adolescente e idosos proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida; podendo administrar e manter creches, casa de idosos e outras entidades filantrópicas; trabalhando de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social.

# PROJETO DE LEI Nº 350/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Dalton Fonseca Paranaçuá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

## JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade de homenagear o Sr. Dalton Fonseca Paranaçuá, pelo seu trabalho e dedicação desenvolvido em nosso Estado.

Piauiense de nascimento, paranaense e londrinense de coração.

Foi secretário de Estado da Saúde no governo de Paulo Pimentel, no qual se destacou por suas ações na área de prevenção e saneamento, ao adotar o lema “A saúde do povo é a suprema lei”.

Em 1968 elegeu-se prefeito de Londrina. Sua administração se destacou pelo planejamento a longo prazo, saneamento e preservação de fundos de vale, rede de esgotos, reforma administrativa, pavimentação e construção do Ginásio de Esportes “Moringão”.

O nome desse Ginásio fez referência ao seu slogan de campanha “Moringa fresca”, expressão muito usada pela categoria dos ensacadores e carregadores de café de Londrina que apoiou maciçamente a candidatura de Dalton Paranaçuá, cujo significado era “cabeça tranqüila, serena.”

A eleição de Dalton Paranaçuá fez de Londrina a Capital política do Estado do Paraná, fazendo surgir em

Londrina uma geração de políticos como José Richa, Álvaro Dias e tantos outros que marcaram época no Estado do Paraná.

## O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

## O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu bem que hoje gostaria de fazer um comentário com mais tempo, mas o Grande Expediente já está preenchido pelo deputado Neivo Beraldin. É isso, deputado?

Consulto a Presidência se posso trocar, senhor presidente, porque o assunto que desejo falar necessita de mais tempo.

Consultaria a V. Exa., abrindo mão...

## O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sugiro a V. Exa., que ceda já o tempo para o deputado Neivo Beraldin fazer o seu pronunciamento e, posteriormente, o senhor fará uso do horário do Grande Expediente.

## O SR. JOCELITO CANTO

Está bem. Obrigado, senhor presidente!

## O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o senhor Neivo Beraldin.

## O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados:

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, para prestar uma homenagem póstuma ao grande líder comunitário e grande amigo de Almirante Tamandaré, o ex-vereador Dirceu Pavoni.

Dirceu Pavoni teve uma história de luta no seu município, um cidadão muito respeitado, um pai de família exemplar que faleceu nessa última sexta-feira, deixando Almirante Tamandaré, o seu município, em luto.

Gostaria de destacar a grande virtude do Dirceu Pavoni, porque ficou demonstrado no seu velório e enterro, algo jamais visto por este deputado em nenhuma sepultamento em Curitiba ou região metropolitana. Alguns dizem que foram mil pessoas, outros dizem que foram vinte mil pessoas, o fato é que era uma multidão de seres humanos organizados em fila desde a hora da chegada do corpo até seu enterro. Foi uma demonstração dada pela população de Almirante Tamandaré jamais vista na história. Pelo menos vinte anos que ocupo mandato popular, jamais vi alguém merecer tamanha homenagem da população.

Deixa mulher, Dete Pavoni, vereadora, um casal de filhos e uma saudade enorme para todos aqueles amigos de Almirante Tamandaré e todos aqueles que fazem política com seriedade, com amor à Pátria, com amor à sua comunidade e essa comunidade deu-lhe a sua presença

como demonstração de carinho e de amor a um verdadeiro líder que fez-se ao longo dos cinquenta anos de idade.

Nossa homenagem especial e o nosso conforto à família Pavoni pelo passamento do ilustre e querido amigo Dirceu Pavoni.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para citar aqui ainda em relação à nota de falecimento, estamos encaminhando requerimento a esta Casa, de profundo pesar para o grande compositor e músico Itamar Assunção, que na sexta-feira da semana passada acabou morrendo em São Paulo. Paulista de Tietê, morou em Apucarana; começou a sua carreira musical junto com a de Arrigo Barnabé e Tetê Spinola, pela cidade de Londrina e militou também por um bom tempo no movimento estudantil musical na cidade de Arapongas.

Então, estamos nos somando também com a nota de profundo pesar ao falecimento desse grande ícone da jovem música brasileira, que lamentavelmente não conseguiu vencer uma luta contra o câncer e acabou morrendo na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está registrado e a Mesa aguarda o requerimento de V. Exa.

Com a palavra, deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, nobres companheiros deputados e deputadas.

Mais uma vez estamos aqui nesta tribuna para falar do litoral do Estado do Paraná. Nossa cidade-pólo, Paranaguá, que tanto vemos matérias negativas com relação a ela. O que nos entristece é quando vemos que, apesar de eu fazer parte da Comissão de Meio Ambiente, como presidente, mas o que temos visto na última década na verdade são pessoas ligadas à área de governo, pertencentes ao meio ambiente, que elas não têm sensibilidade alguma para com o nosso litoral, principalmente Paranaguá, porque vemos que todos os projetos de alguns empreendimentos que vão gerar riqueza, renda, oportunidades à população, sempre vemos com pareceres contrários, seja do Conselho do Litoral, seja do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Na última semana tivemos dificuldades com uma empresa de porte que quer fazer um investimento de aproximadamente vinte milhões de reais, o qual vai girar aproximadamente quatrocentos empregos diretos para a população do litoral. Sempre vemos essas negativas com relação ao Paraná. Então, eu não posso, de forma alguma, ver a minha cidade sendo condenada à estagnação econômica por falta de sensibilidade das pessoas ligadas à área. Até porque, acredito que todos nós temos inteligência

suficiente para conciliar os interesses, sejam os interesses ambientais, sejam os interesses do desenvolvimento, das oportunidades daquela população.

E quando vemos no mapa da pobreza o litoral estando na mesma média de pobreza do Paraná, apesar de que por Paranaguá, por Antonina, muito da riqueza do Brasil e do Paraná por ali passam sem deixar nada para a sua população, ficamos realmente indignados com essa situação.

É por isso mesmo que estou aqui nesta tribuna. Iremos usar sempre que possível de forma que possamos levantar a voz para defender os nossos interesses, porque não podemos, de forma alguma, sermos condenados à estagnação por falta de sensibilidade dessas pessoas que dirigem os órgãos ambientais.

Acredito na inteligência das pessoas e na forma de conciliar o meio ambiente com o desenvolvimento. Até porque, lógico que temos que ser bastante responsáveis com o meio ambiente, mas se não dermos oportunidades aos homens, serão eles mesmos que irão destruir esse nosso meio ambiente no litoral por falta de oportunidade. É daí que eles irão para os matos acabar com a nossa espécie juçara e muitas outras ações que trarão prejuízo ao meio ambiente.

Então, hoje estamos mandando um ofício ao senhor governador do Estado, para que reveja essa situação e tente conciliar com as pessoas responsáveis do meio ambiente para que elas sejam mais sensíveis às causas do litoral, até porque, se não fizermos assim, estaremos estrangulando o Paraná, porque é por Paranaguá que se escoia a maior parte da produção do Paraná, e é por Paranaguá também o ponto de entrada dos insumos que essa produção precisa para cada vez aumentar mais. E quando vemos a direção de um governo de cada vez exportar mais, de cada vez produzir mais, vemos que alguns órgãos andam na contra-mão, porque quando eles condenam uma região como Paranaguá, que tem todo aquele porto que serve de estrutura para escoamento e para o recebimento de insumos, vemos que essas pessoas estão andando na contramão da história.

É por essas e por outras que estamos pedindo mais sensibilidade ao governo, principalmente a seu líder, senhor Ângelo Vanhoni, que agora está ocupado ali, mas pedimos ajuda também do nosso líder, até por ele também ter uma afinidade muito grande com Paranaguá, ser natural de Paranaguá, ter tido seu pai de Paranaguá.

Então, precisamos de mais sensibilidade para que a nossa região ofereça oportunidade para nossos companheiros parnanguaras, porque do jeito que a coisa está, cada vez veremos mais crimes, mais desgraças e cada vez, sim, mais notícias negativas, como as que aparecem já na televisão, porque cada vez elas serão mais frequentes.

Então, é por isso que apelo também ao nosso líder e a todos os nossos deputados que também usam o litoral, de uma maneira ou de outra, para que não condenemos aquela região à estagnação econômica, em detrimento da

oportunidade dos nossos companheiros parnanguaras. É nessa empreitada, companheiro Vanhoni, que precisaremos muito da sua ajuda, para que o nosso litoral tenha as oportunidades.

Então, gostaria muito de ter a ajuda de todos os deputados para que possamos dar a oportunidade ao povo do litoral. Não podemos mais condenar e nem vermos o litoral condenado à estagnação econômica.

Seria isso, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Doutor Luciano.

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria aqui, nesta Casa, dizer a todos os senhores deputados e deputadas que, como deputado, pretendo votar a favor do projeto de encampação do pedágio. Entendo, porém, que em uma matéria dessa importância, é preciso aprofundar a discussão sobre a encampação. E desta forma, visando o aprofundamento do debate, nós estamos encaminhando algumas questões que julgamos importantes que sejam respondidas e encaminhadas para esta Casa.

Então, estamos apresentando um requerimento de um pedido de informações, colocando como principais questões que entendemos que devam ser discutidas e apresentadas como respostas à Casa, e vou fazer a leitura aqui dessas questões.

A primeira seria quais os valores estimados das indenizações que o Governo terá que pagar às concessionárias, caso realmente ocorra a encampação. Aqui existe uma grande dúvida, uma grande discussão se é um milhão, se são três milhões e acho que precisamos ter, pelo menos, uma estimativa de qual valor estamos conversando e de qual valor estamos discutindo.

A segunda questão é considerando a audiência pública de prestação de contas nesta Casa apresentada pelo secretário da Fazenda, Heron Arzua, que atestou aqui não saber de onde saíam os recursos para o pagamento das indenizações às concessionárias do pedágio e também de quais fontes elas seriam remanejadas ou seriam deslocadas.

Também acho que mais uma outra questão que tem que ser colocada, é quais as garantias reais que teremos de que não será necessário remanejar ou subtrair recursos de setores importantes da área social, como da saúde, onde hoje existe uma grande luta para que realmente se chegue aos 12% e inclusive apresentamos uma emenda à LDO, para que consigamos realmente aumentar e ampliar os recursos para a área da Saúde. E a questão dos recursos da Educação, que ainda precisamos chegar nos 25% e da própria Segurança, que hoje é uma grande demanda. Então, esperamos que esses recursos não saiam desses setores estratégicos do Estado.

E uma outra questão que estaria sendo colocada, qual o percentual de redução estimada, se é 20, 30 ou 40%, que vai ser reduzido o pedágio ou o pedágio vai deixar de existir no Estado do Paraná. Qual o percentual de redução estimado dos valores das tarifas atuais, para que sejam atendidas as necessidades dos agentes econômicos e da população em geral. Quais esses critérios técnicos que definem essa diminuição do pedágio. Outra questão: que faça a queda das tarifas, se o governo terá recursos para garantir a manutenção, a melhoria e a duplicação das estradas. E também se haverá necessidade de se alongar todo o cronograma de obras, previsto nos contratos anteriores.

A sexta questão: qual o volume de recursos previstos nos atuais contratos, com as concessionárias, para investimentos, duplicações, construções, obras de arte e outras? Como o Estado irá garantir esses recursos? Como o Estado pretende administrar o pedágio? Os atuais funcionários serão demitidos? Serão contratados servidores mediante concurso público: médicos, socorristas, enfermeiros, o pessoal que vai trabalhar nas praças de pedágio? Quais os prazos previstos para que haja a regularização da operação, em todos os seus aspectos? E também a possibilidade de o Tesouro ter que arcar com as despesas de obras e manutenção de estradas, o que dizem os estudos técnicos do governo a respeito das necessidades orçamentárias, para recuperar a malha existente a encargo do DER? Em que prazo tais obras são concluídas?

A nona questão que colocamos no requerimento e que vem afligindo muitos prefeitos, é como será equacionada a perda do ISS nos municípios que abrigam as praças de pedágio.

Se o governo do Estado irá propor algum tipo de compensação a esses municípios.

A décima questão: se o governo tem conhecimento do volume de financiamento contratado pelas concessionárias e de outros eventuais débitos e como pretende tratar essa questão.

A última questão, que vem sendo colocada é que nas negociações que vêm sendo conduzidas com as concessionárias, se o governo teve em algum momento a percepção que a encampação pode se tornar um ótimo negócio, com eventuais dificuldades financeiras. Estamos protocolando esse requerimento na Casa. A gente espera poder ter essas respostas, que são respostas que toda a sociedade vem discutindo e clamando por elas, para que a gente possa, com firmeza, votar a favor da encampação do pedágio no Estado do Paraná. E que as tarifas sejam reduzidas em todo o Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augusto Zucchi)**

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Valdir Rossoni.

**O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)**

Senhor presidente.



Eu gostaria de solicitar que fosse colocado na Ordem do Dia de amanhã, à votação do Projeto nº 125/2003. Foi feita a primeira votação e estou solicitando a segunda votação.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem que fazer um requerimento.

**O SR. TADEU VENERI**

Senhor presidente, está feito e protocolado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Será deferido pela Mesa, porque amanhã não haverá Sessão Ordinária. Está marcada uma Sessão, com o governador Roberto Requião, do lançamento do projeto 161, sobre a narcodenúncia, que será feita às 14h30, aqui no plenário desta Assembléia.

**O SR. TADEU VENERI**

Obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, senhores deputados, inicialmente quero fazer aqui o registro do falecimento do ex-deputado Piratan Araújo, residente no município de Palmas, um dos mais antigos pepebistas do Paraná. Foi deputado nesta Casa e representa o que tinha de mais importante da política do Paraná, um dos mais antigos deputados ainda vivos e que veio a falecer neste último final de semana; passou por esta Casa na sexta-feira, e no sábado o seu funeral no município de Palmas.

Eu faço este registro haja vista a importância que teve esse homem no desenvolvimento do Sul e no desenvolvimento do sudoeste do Estado do Paraná. É uma pena que o ocorrido foi no final de semana, porque, certamente, esta Casa teria oportunidade melhor para fazer aqui registro e participar deste das solenidades de sepultamento que para o Sul e Sudoeste ficou marcado pelo trabalho que este homem desenvolveu.

E eu tenho um orgulho muito grande porque o senhor Piratan Araújo era uma das pessoas que, quando eu percorria os municípios do Sul ou do Sudoeste, principalmente dos municípios vizinhos do município de Palmas, ele sempre estava do meu lado e proferia aqueles seus discursos porque ele era ainda deputado do tempo do Getúlio Vargas.

Então, faço este registro, porque a minha grande preocupação no momento em que me obriguei a trocar de partido, era, como é que eu ia justificar a este senhor que veio a falecer.

Então, certamente foi uma grande perda para a nossa região, um homem importante, o qual certamente se nós que somos hoje homens públicos pudermos fazer para a história do nosso Estado, para a história de duas regiões que ele representou, certamente nossos filhos, nossos netos se sentirão orgulhosos pelo trabalho que ele realizou.

**(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB)**

**O Sr. Nereu Moura**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

De fato, deputado Valdir Rossoni, V. Exa. lembra muito bem a história do deputado Piratan Araújo, de Palmas. E eu lembro que a última vez que fui a Palmas, há uns 40 dias atrás, pude ouvir o seu discurso, lá na reunião.

Tinha por ele muita consideração - não só eu como toda a minha família, porque quando ele foi candidato e se elegeu deputado, o meu pai foi seu eleitor, lá no município de São João. E numa homenagem ao deputado Piratan Araújo, o meu pai deu o seu nome a um irmão meu, mais novo. Colocou de José Piratan Araújo.

De forma que, V. Exa. por isso pode constatar do grande carinho, respeito e admiração que eu tinha pelo ex-deputado Piratan Araújo e lamentei profundamente não tomar conhecimento de que ele estaria sendo velado aqui nesta Casa para que eu pudesse comparecer naquele evento e poder me despedir, pela última vez, daquele companheiro do Sudoeste do Paraná, que foi um grande deputado que orgulhou esta Casa, que orgulhou todo o povo do Sudoeste aqui neste Parlamento.

Por isso quero me somar ao pronunciamento de V. Exa. e fazer também as minhas homenagens ao nosso querido amigo que partiu e que contribuiu com nosso Estado, o nosso ex-deputado José Piratan Araújo.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Eu agradeço o aparte do eminente deputado, e passo agora a falar de algumas questões que acredito que vai tomar conta dos debates desta Casa.

Fez uso aqui da palavra o deputado Luciano, aonde falou da questão do pedágio, que vai fazer alguns questionamentos e aguarda resposta. Os mesmos questionamentos que o deputado Doutor Luciano faria, o deputado Rossoni também faria e eu faço dos questionamentos do deputado Luciano o meu questionamento. Mas já anticipo que pedi à minha assessoria jurídica que estude a possibilidade de entrarmos com uma emenda e em vez de o encampamento do pedágio a extinção do pedágio, porque assim, certamente, nós estaremos contribuindo para que o governador Requião possa cumprir o seu compromisso, que não era de encampamento; era pela extinção do pedágio! E eu farei uma emenda, se couber, para que seja extinto o pedágio, e assim espero estar colaborando com a proposta do governador Requião, na sua campanha.

Também não estive aqui o dia que o secretário da Fazenda esteve presente, mas a minha assessoria e os jornais publicaram, amplamente os números que o secretário Arzua trouxe a esta Casa. Depois da sua vinda eu me sinto mais confortável, pois muitas vezes subi a esta tribuna para trazer aos deputados alguns números que muitas vezes foram contestados.

Nós sempre dizíamos aos funcionários públicos deste Estado que estávamos preparando este Estado para que em um determinado momento ele tivesse condições financeiras para dar o aumento necessário, para dar dignidade ao funcionalismo público!

Os números trazidos aqui pelo secretário Heron Arzua, não mentem, porque, tenho certeza, nós no dia que nos encontrarmos com o sindicato dos servidores públicos do Estado do Paraná, não teremos dúvidas e não faltará apoio aos servidores públicos para que o governo atual possa dar o aumento necessário que os servidores públicos almejam e que o governador Jaime Lerner não deu no seu governo.

A última questão, porque tenho só alguns minutos, quero fazer um registro porque, se formos buscar as notas taquigráficas ali Vs. Exas. vão verificar que nós tivemos aqui vários embates quando eu vinha a esta tribuna e dizia que o governo do Estado do Paraná tinha uma dívida de aproximadamente 12 bilhões, não quero dar número exatos porque não é apenas 12 bilhões e eu fui contestado, muitas vezes, aqui nesta Casa. Uma hora era 17, outra era 20 bilhões, inclusive o governador, no dia de sua posse, disse que a dívida era de 20 bilhões. E eu quero deixar registrado, palavras ditas pelo atual secretário da Fazenda que vieram ratificar o que o deputado Rossoni dizia desta tribuna: “A dívida do Estado do Paraná é em torno de 12 bilhões.”

Diga-se de passagem, lendo a Folha de São Paulo da última semana, que fazia uma análise de todos os Estados brasileiros, o Paraná está entre os cinco Estados com menor endividamento, deste País.

Outra questão positiva que voltarei a esta tribuna para fazer uso da palavra, a questão previdenciária dos Estados.

Lembro-me muito bem quando o Governo do Paraná antecipou os royalties da Itaipu. E nós dizíamos que esses royalties serviriam para capitalizar o fundo de previdência, e hoje quero dizer aos senhores, tive a satisfação de também na última semana, ouvir o secretário da Administração Stefanek, quando ele dizia que a situação previdenciária do Estado do Paraná é uma situação confortável. Não é uma situação boa, é uma situação confortável.

Não vou entrar na questão da previdência, porque aí vem uma longa história da criação do Fundo de Previdência pelo então governador de 10, 12 anos atrás, da extinção do Fundo da Previdência que o então governador Requião fez, e gastou os recursos para duplicar a rodovia que liga o Paraná a Santa Catarina.

Não entro no mérito dos recursos que foram gastos nessa duplicação, porque era necessário, mas certamente, se não tivesse sido extinto o Fundo de Previdência no Governo Requião, se hoje a situação previdenciária do Estado do Paraná é confortável, certamente a situação previdenciária do Estado do Paraná seria ótima. Como disse o secretário Stephanek: “a situação previdenciária deste Estado é muito boa e foi muito bem conduzida.”

Quero, para encerrar aqui, senhor presidente, agradecer a sua compreensão, e dizer que na verdade a questão do pedágio o governador Requião está querendo lavar as mãos de um problema que ele assumiu e está querendo trazer para esta Casa. E nós precisamos das respostas feitas aqui, dos questionamentos feitos aqui, pelo deputado Luciano. E como disse aqui o secretário: “não tem recursos para pagar o que tem que pagar”. Mas eu, para colaborar com o governo Requião, vou em cima da sua proposta de governo. Entrarei com uma emenda para extinguir o pedágio. E assim o governador Requião nunca mais será cobrado pela questão do pedágio, porque compromisso assumido tem que ser compromisso honrado. Vou dar a minha parcela de colaboração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Faço uso da palavra, senhor presidente e senhores deputados, para tratar de outro tema que não o pedágio. Acredito que teremos oportunidade de debater esse assunto aqui no Plenário, quero, rapidamente, apontar uma contradição e a necessidade de termos tempo para debater essa matéria. Tempo não quer dizer meses. Quer dizer intensidade no debate. Gastarmos o tempo conversando e analisando as circunstâncias.

Por que eu faço uso da palavra? Porque independente de posição ideológica, vamos acompanhando e os debates vão ocorrendo. Falei agora com o ex-deputado Acyr Mezadri, que está na liderança de um movimento de caminhoneiros e que informou que o movimento pararia todas as praças de pedágio até que tomássemos uma posição. Ele falava da necessidade de uma redução de, no mínimo, 60%, ou o mais razoável 50%. Aí a notícia do Governo é que haveria encampação e a possibilidade, nada definitivo, podendo ser mais, podendo ser um pouco menos, em torno de 30%. E também a notícia de que algumas concessionárias estavam renegociando com a possibilidade de atingir 28%, e na hipótese de renegociação não haveria nenhuma indenização.

Falei também com o deputado Tadeu Veneri, meu companheiro de Partido, e ele dizia que eventualmente uma das idéias que estávamos cogitando é que, se fôssemos tramitar talvez fosse importante apresentar uma emenda. Na posição dele, eu respeito, talvez não tenhamos a mesma concordância, a mesma posição, de que poderia apresentar uma emenda de extinção do pedágio.

Independente de posição ideológica, o Tadeu Veneri é um companheiro que eu respeito, que dentro do PT tem posições avaliadas como posições mais à esquerda do que este deputado. Mas ouvi também agora o deputado Rossoni, que nem faz parte do PT e que tem outras posições ideológicas.

É hora de parar e pensar, é hora de refletir e debater um assunto desta complexidade. O deputado Braddock, que me ouve com atenção, e fui informado pelos jornais que ele seria o relator da matéria pela CCJ, ou também um relatório paralelo, eu tenho um respeito pelo deputado; fizemos um trabalho de três meses em conjunto, e ele sabe bem a seriedade com que levamos esse trabalho.

Eu ainda acredito que o melhor caminho seja a redução da tarifa sem pagar nenhuma indenização, mas de qualquer forma é uma esperança, é uma vontade, da vontade não determina os fatos apenas, porque a vontade é do governador de reduzir as tarifas, e o ex-presidente nacional do meu Partido, ministro-chefe da Casa Civil, disse que apóia o movimento do governador de reduzir as tarifas.

Com relação à encampação, o Governo Federal não pretende se pronunciar por hora, por conta de que não é parte, o debate está colocado na Assembléia; mas também há vontade das concessionárias de sinalizarem com reduções substanciais a fim de que o custo do pedágio seja reduzido como espera a população, mas como também está colocado no programa de governo do governador Requião.

Eu disse essas contradições de hoje, se pegássemos ontem, antes de ontem, teríamos inúmeras, mas da necessidade de termos bastante juízo, bastante debate, mesmo que tenhamos que ficar no feriado, mesmo que tenhamos que estudar profundamente, porque nós tomaremos uma decisão importante para a vida dos paranaenses, para o futuro do Paraná, para o futuro do Governo.

Mas faço uso da palavra também, não poderia deixar de falar dessas contradições, para dizer que amanhã devo solicitar, não havendo possibilidade pois a Sessão será diferenciada amanhã, mas depois de amanhã uma solicitação de investigação em relação aos acontecimentos em Londrina. Lá em Londrina, todo o programa de concessões públicas, transporte coletivo, energia elétrica, transportes intermunicipais, como todos sabem é uma concessão pública, e o reajustamento das tarifas se dá por atos governamentais. Estamos numa polêmica sobre o programa de concessões, que é o das estradas, diferenciado, porque o de transporte coletivo, do lixo, já é algo praticado no Brasil todo por muitas empresas, e outros programas de concessão. E as tarifas são reajustadas por ato governamental após analisada a planilha e ouvido o conselho atinente àquele órgão.

Todos assistiram às cenas lamentáveis ocorridas em Londrina, lamentáveis, porque definidas por tarifa, tarifa publicada há dois anos na internet, o prefeito, por mais amargo que fosse, teve que determinar o aumento da tarifa do transporte coletivo. Lá um promotor público solicitou a postergação desse aumento, solicitando a análise das planilhas por três dias. Elas foram entregues e esse promotor, membro do Ministério Público, ao invés de ler e apontar os erros da planilha, não o fez. Adentrou aos ônibus e disse que o aumento era ilegal. Adentrou às

salas de aula fazendo papel de mobilizador daqueles que, eventualmente, eram contrários a esse aumento.

A Justiça não lhe concedeu liminar e disse que o aumento era absolutamente legal e inferior àquilo que apontava a planilha publicada na internet. Esse membro do Ministério Público exacerbou; ocupou o espaço dos mobilizadores, das lideranças estudantis, dos líderes políticos, após o que um forte movimento se estabeleceu - legítimo, porque a democracia assim estabelece. Mas esse membro do Ministério Público deveria cumprir suas funções de analisar a planilha à luz da razão, determinar onde havia um equívoco. Não só fez, como também se serviu desse modo, pois quando era promotor em Cambé era conhecido como engavetador, pois lá não agia com essa agilidade e agora, utilizando a questão das concessões públicas, para fazer política. Quiçá não seja política eleitoral para disputar uma vaga na Câmara de Londrina no ano que vem. O Ministério Público, assim como de resto o Judiciário, há que ter cuidado sim, há que ter controle externo, porque um advogado formado ontem, feito concurso amanhã, decide pelo bem e pelo mal, a vida e a morte. Infelizmente.

E digo aqui: vou solicitar a investigação da procuradoria, da Curadoria, da Corregedoria do Ministério Público, pois que, em Londrina, membro do Ministério Público fez política não só de oposição ao governo lá instalado, que, como de resto nenhum governo faz: publica uma planilha de custos na internet há dois anos e cinco meses. Mais do que isso, as mobilizações, deputado Barbosa, são manipuladas por "pirueiros", por piratas no sistema, gente de Cambé, por coincidência, lá da sua cidade, que querem entrar no sistema e piratear o sistema. Digo mais: o reajuste de 18% foi um reajuste menor do que aquele concedido pelo governo do Estado para a linha Londrina-Cambé, que foi de 24%.

Portanto, quando o aumento foi de Londrina a Cambé esse promotor não se manifestou, pois estava esse aumento baseado numa planilha razoável, justa, infelizmente justa, pois os preços sobem, o preço dos pneus sobe e o salário dos servidores subiu e foi justo que o Governo do Estado fizesse. No entanto, este membro do Ministério Público não se voltou contra esse aumento, contra uma tarifa para sua cidade, mas sim, contra o aumento em Londrina para fazer política, política! Faça!

Claro, se nos perguntassem, se nos instassem a responder se queremos um aumento de tarifas ou não, se gostaríamos de ter aumento de tarifa ou não? Lógico que não, lógico que há negativa, lógico que um aumento de transporte é dissaboroso. Como é dissaboroso para qualquer governo que tem de fazê-lo. Mas, as planilhas lá estão, os órgãos estão em condição de fazê-lo.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Vargas, V. Exa. preside a CPI do Pedágio, tem conhecimento do contrato existente entre o governo do Paraná e as concessionárias do que diz res-

peito às obras a serem executadas, trechos, V. Exa. tem condições de passar para os membros da Casa? O senhor poderia acelerar isso, tendo em vista que nós teremos que tomar uma decisão, porque vamos votar aqui uma autorização ao Executivo para que proceda à negociação com as concessionárias. Precisamos saber se o desconto obtido é correspondente às obras retiradas para execução. É preciso, como V. Exa. tem essas informações, acho muito importante, que passe para o conhecimento dos membros da Casa, para que possa fazer uma análise.

Agora V. Exa. disse bem, o governo deu 23% de aumento do transporte intermunicipal. Deu aumento às empresas que não tem mais concessão, porque os contratos estão vencidos, tendo em vista que o governador Jaime Lerner homologou a concessão por 8 anos, que não é legal, é irregular, as empresas não têm a concessão legal e deu 23% e ninguém se manifestou até agora.

V. Exa. faz uma observação que é bastante pertinente.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Para concluir, apenas faço a comparação, pois que os contratos de transporte coletivo intermunicipal ou mesmo os contratos municipais, existem fortes questionamentos judiciais em relação a vários deles. Fiz a comparação, deputado Dobrandino, exatamente para dizer que nem todos os membros de um Poder, que é importante, que está assumindo a estatura de quarto Poder, deve ficar irreverente à luz da razão do bom debate e do bom critério.

Digo mais, promotor é promotor, se quiser ser deputado ou vereador, dispute a eleição.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra ao próximo orador, esta Presidência tem a satisfação de registrar a pedido da deputada Cida Borghetti, registrar a presença do senhor Fernandes Scanavaca, prefeito de Umuarama.

Gostaríamos de agradecer a sua presença e desejar as boas-vindas aqui na Assembléia Legislativa.

Concedo a palavra ao senhor deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Vou fazer um pronunciamento hoje e não queria que ninguém se ofendesse.

Gostaria que, ao transcorrer desse pronunciamento, se eu me exceder um pouco os senhores entendam como meramente a defesa de uma tese que vou defender a partir de agora.

Sou deputado de meio mandato, em cinco meses apenas, porque em 95 e 96, renunciei o mandato de deputado para ser prefeito de Ponta Grossa e por isso fiquei apenas dois anos como deputado.

E, quando estava aprendendo pouco mais desta Casa, acabei deixando a Assembléia para ser prefeito, tendo a honra de voltar para esta Casa a mando dos Campos Gerais, porque lá estão concentrados cerca de 90% dos meus votos. É em cima desses 90% dos votos, que estou hoje aqui fazendo a defesa da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Entreguei a cada um dos membros da imprensa nesta Casa, entreguei a cada um dos senhores deputados uma cópia do Projeto de Lei nº 323/2003, em que mostra a incoerência do Governo do Estado. E quando falo da incoerência, nada tenho contra a cidade de Bandeirantes nem contra as pessoas que lá residem. Nada tenho contra os jovens que lá estudam. Nada tenho contra os administradores públicos e até os senhores deputados que representam aquela região. Mas, tenho que mostrar, por questão da responsabilidade a esta Casa, o caso da Faculdade de Bandeirantes. Se tem um erro no que foi feito com a Faculdade de Ponta Grossa, se existe um erro na formação para colocação do curso de Medicina, existe um erro muito mais grave na estadualização da Faculdade de Bandeirantes. E é neste ponto que quero chegar.

O governador Roberto Requião, o qual admiro por algumas medidas, recentemente lançou o projeto do Leite das Crianças, que é provisório, mas fez o lançamento há poucos dias. Lançou a isenção das pequenas microempresas, que é um sucesso e vem gerando novos empregos. Cancelou contratos ilegais com empresas que não tinham legalidade nos seus contratos e que retornou a concessão da Sanepar para os braços do Estado. Há quem diga que a conta ainda não foi paga, mas, já veio a Sanepar para o controle do Estado. Botou a Copel no caminho certo. Anunciou, para breve está anunciando, que vai dar energia de graça para o povo. E, agora, mandou a encampação do pedágio como forma de cumprir mais um compromisso seu, de campanha, que vamos analisar amanhã na CCJ, segundo o deputado Bradock.

Dez para o Requião! Por essas atitudes, só temos que cumprimentar o governador. Atitudes do meu ponto de vista, corretas, dinâmicas, sérias, que só poderiam vir de um governador que tem vontade de governar com o povo e que está cumprindo o que disse na campanha, que preferencialmente governaria para os mais pobres.

Mas o Requião, nesta partida que iniciou agora e que está bem, cometeu um grave erro. Cometeu um pênalti aos 44 do 2º tempo. Este pênalti foi contra a cidade de Ponta Grossa e contra os Campos Gerais.

Senhor presidente e senhores deputados, estou trazendo a esta Casa este assunto, que mostra que quando o Governo estadualizou a Universidade e a Faculdade de Bandeirantes, firmou um convênio diretamente com a Unespar, deixando inclusive de passar por esta, e deveria ter passado. E para geração de novas despesas, é muito importante que o governante se atenha à Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz, no artigo 15: "Serão consideradas não autorizadas irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atenda o disposto nos artigos 16 e 17".

E o que diz o artigo? “A criação e expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas, será acompanhado: 1º estimativa do impacto orçamentário financeiro do exercício que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Declaração do ordenador da despesa, de que o aumento de adequação orçamentária e financeira, com a Lei Orçamentária Anual incompatibilizando com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Isso posto, senhores deputados, a matéria é grande para eu ler todo esse documento que eu trouxe, seria bastante complicado, mas eu quero ler aqui um pedaço do que disse o procurador, Dr. Sérgio Botto, quando cassou a liminar da Universidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa havia conseguido uma liminar, a nível de primeira instância e, foi derrubada pelo Dr. Sérgio Botto, procurador geral do Estado. A Procuradoria do Estado, na resposta à ação que visava evitar a suspensão do curso de Medicina, assim se manifestou: “Existe apenas uma estimativa dos custos dessa implantação e uma projeção da despesa com investimento, custeio e pessoal elaborado até o 4º ano, mas referindo-se levantamentos de custo não foi procedido pela Secretaria de Fazenda ou de Planejamento”.

Isto posto, senhores deputados, quem não lembra do que disse aqui, o Sr. Heron Arzua, secretário das Finanças de da Fazenda deste Estado? Ele disse na semana que passou, que não sabia da fonte de recursos para encampar a Universidade de Bandeirantes. Isso está nos Anais da Casa, está nas notas taquigráficas desta Casa, e o secretário, dentro da sua simplicidade, dentro da sua honestidade, disse nesta Casa que não sabia, nem o dinheiro para o pedágio que ele tinha, muito menos para a Faculdade de Bandeirantes.

Nós estamos aqui, diante de um erro da Lei de Responsabilidade Fiscal e disse aqui, o governador, na tribuna do outro lado:.... os senhores deputados não me deixem errar, quando eu estiver errando”.

Pois bem. Sua Exa. governador Roberto Requião, o seu governo que acusou a Universidade Estadual de Ponta Grossa de não cumprir a lei e que derrubou a liminar do Tribunal de Justiça, cometeu um erro pior que se refere à Faculdade de Bandeirantes: repassou, dinheiro, não por lei específica, mandou dinheiro através de um convênio guarda-chuva, e que o dinheiro não conta hoje, na Lei de Responsabilidade, no número de pessoal.

Então, o que estou trazendo à Casa, nesta tarde, é para que haja a devida reflexão dos deputados. Eu estou pedindo, neste Projeto nº 323/2003, a suspensão do curso de Bandeirantes, até que se cumpra a lei. Enquanto não cumprir a lei essa faculdade também está incorreta. O governador que cancelou convênios por que estavam irregulares, não pode permitir que o seu governo mantenha convênios irregulares.

Estou trazendo esta Casa à discussão, eu sei que o “loby” é muito grande, sei que o nosso presidente, que tenho o maior respeito possível, tanto é que fui um de seus eleitores para ocupar a nossa presidência, sei da sua

influência em liberar esse curso para a Faculdade de Bandeirantes.

Isso é o que eu quero desabafar aqui hoje! Quando um deputado simples pede votar em regime de urgência, pedindo para discutir o que está errado, passam o rolo compressor por cima, o rolo da moralidade. O rolo compressor dos deputados aliados que, até contra a vontade votam, porque têm que cumprir o papel de governistas, e deixam de lado a responsabilidade de deputado, que é a responsabilidade da legalidade, ou aqueles que deixam o plenário quando se vota algo importante, de valor, e que deveria ser respeitado.

Com todo respeito que tenho da figura do presidente, que com a sua liderança, com seu respeito, com a sua experiência, conseguiu que o governador assinasse a estadualização de Bandeirantes.

Agora eu, o deputado Plauto Miró, não conseguimos sequer manter um curso de Medicina em Ponta Grossa, que tinha alunos em sala de aula, que tinha professores e que desmoralizou a universidade mais séria neste Paraná, que é a Universidade de Ponta Grossa.

Por isso, venho, nesta tarde, pedir que esta Casa, antes da questão pessoal, antes da questão que se refere a votar com o governo, veja a legalidade do ato que estou falando. Se a nossa Universidade de Ponta Grossa errou, se tem erros na implantação do curso de Medicina, muito mais erros tem na implantação da estadualização de Bandeirantes.

Gostaria que o governador, que tem coragem, que é um governador transparente, que é direito, mandasse seus técnicos. Não politicamente. Não estamos falando de política; estamos falando de legalidade. Que ele analisasse esse projeto como foi feito, porque da forma como está proposto está muito pior que a Universidade de Ponta Grossa.

E mais, o procurador, que é pago com o dinheiro do povo do Paraná, disse à Justiça, escreveu, manifestou-se no processo que cassou a liminar do juiz de Ponta Grossa.

Disse ele: “.....

...a declaração do ordenador de despesa é outra exigência legal que não foi obedecida, porque a afirmação de que a despesa autorizada tinha adequação legal e orçamentária não se limita à inclusão do PPA, LDO e na LOA, mas também aos relatórios que demonstram a possibilidade de execução da despesa ante a disponibilidade financeira e sem comprometer o que já estava planejado e vinha sendo executado...”

Já vinha sendo executado em Ponta Grossa! Ponta Grossa já tinha dinheiro recebido! Já tinham repassado verbas! Os professores estavam em sala de aula! Aqui no próprio documento que o procurador mandou ao Tribunal de Justiça, disse essas palavras.

Então, não há mais o que esclarecer. Não há mais o que dizer.

Disse o procurador:

“... como esse cuidado não foi observado e como na atualidade o planejamento constatou que não haverá disponibilidade financeira para atender os projetos antes iniciados e menos ainda para os novos projetos incluídos nas leis orçamentárias, várias despesas novas e outras que podiam ser reduzidas foram cortadas...”

Então, a que conclusão chegamos:

Concluimos que o que aconteceu com Ponta Grossa é exatamente o contrário do que aconteceu com Bandeirantes: com Ponta Grossa não pode ser um curso, estamos falando de um curso; agora, para Bandeirantes, pode estadualizar uma universidade inteira e tem dinheiro!

Então, senhor presidente, senhores deputados, alerta a esta Casa, porque eu sei que o rolo compressor vai passar na minha cabeça daqui a pouco, que eu vou poder ter quem sabe somente o meu voto, que será sozinho, mas será pela legalidade.

Quero ainda dizer que, apanhando aqui, que perdendo aqui, eu, como bom guerreiro que sou, estarei propondo no Tribunal de Justiça uma ação para cancelar e vou usar as palavras do procurador do Estado, vou usar as palavras com que ele derrubou a liminar em Ponta Grossa. Aí, caberá à Justiça definir se eu estava certo ou se estava errado.

Senhoras deputadas, senhores deputados, nossa presidente, o que estamos vendo aqui, o que estamos acompanhando neste momento, é exatamente o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que havia um interesse de S. Exa. o governador Roberto Requião, que preferiu cancelar Ponta Grossa e chamar o curso de um estelionato político, mas em Bandeirantes, o que foi? Foi um assalto à mão armada! Se foi estelionato político em Ponta Grossa, em bandeirantes foi um assalto à mão armada, e ninguém toma providência em relação à isso!

Por isso, senhores deputados, peço nesta tarde a esta Casa, que não acabe com a estadualização em Bandeirantes, em momento nenhum estou pedindo para acabar, não entendam errado, não entendam aqueles que trocam o nosso discurso, estou dizendo que estou pedindo a suspensão para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e que depois de cumprida a lei, que volte a Faculdade de Bandeirantes, que volte a Faculdade de Ponta Grossa.

Isso é o que estou pedindo nesta Casa!

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Concede um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Agradeço, deputado Jocelito.

Até algumas palavras, as últimas de V. Exa., eu estava discordando, porque V. Exa mesmo chegou até mim e disse: “ajuda-me a terminar com o curso de Bandeirantes, porque ele não deixou funcionar o curso de Medicina”! Agora, no final do seu pronunciamento, eu daria um aparte de outra maneira, eu diria se não tivesse

ouvido o final do seu pronunciamento, que V. Exa. está fazendo bem o jogo do governador Requião! Ele também não quer o curso em Bandeirantes! Você pode ter certeza absoluta de que se ele foi lá, é por algumas questões políticas e que obrigou-se a sancionar o projeto de criação em Bandeirantes.

Então, a hora que V. Exa...

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Quem é que obriga um governador a fazer isso?

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Pressões políticas!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

De quem?

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Eu não sou obrigado a estar falando.

Quero dizer o seguinte: a hora que V. Exa. está querendo fazer uso de Bandeirantes para alcançar o seu objetivo, eu diria para mudar de estratégia, vamos lutar pelo curso de Medicina até por meio da Justiça, mas de repente V. Exa. se contradiz e diz o seguinte: “vamos cumprir a lei”!

Então, está dando razão ao governador Requião e fez com que eu votasse favorável ao curso de Medicina de Ponta Grossa! Então, tem que unificar seu discurso!

Quero dizer que o meu posicionamento não é de governista; é uma posição de ter clara e evidente na minha mente o meu posicionamento: eu votarei contra o seu projeto, porque V. Exa. está se contradizendo. Num determinado momento, quer cumprir a lei. E ao cumprir a lei, não pode funcionar o curso de Medicina. Então, desculpe-me. O encaminhamento dessa questão está tirando todo o brilho, toda aquela luta, tudo aquilo que fizemos e falamos para que o curso de Medicina se tornasse realidade lá em Ponta Grossa.

Acredito, sinceramente, V. Exa. é um homem experiente, um político que já tem longa bagagem. V. Exa. não deve fazer o jogo do governador Requião, porque, se V. Exa. entrar com isto aqui, ele vai dizer: “graças a Deus encontrei alguém, porque eu não queria criar o curso em Bandeirantes e agora me deram a oportunidade para tomar a mesma atitude que tomei em Ponta Grossa”.

Esta é a minha preocupação, porque quero que funcione em Ponta Grossa e também quero em Bandeirantes. Acredito que V. Exa. com a sua sabedoria saberá agir para não dar oportunidade para que o governo também termine com Bandeirantes.

Por isso votarei contra o seu regime de urgência e votarei contra o seu projeto. Em cima de mim não tem máquina. Sou uma pessoa que tem uma vasta experiência legislativa e por isso estou discutindo isso, porque quero encontrar a melhor forma para que nós possamos ter Bandeirantes, Medicina em Ponta Grossa e não dar oportuni-

dade ao Requião para, numa canetada só, derrubar os dois.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. achou uma desculpa para atender o pedido do nosso presidente.

**O Sr. Valdir Rossoni**

V. Exa. pode interpretar como quiser, mas se contradiz no mesmo discurso e no mesmo momento em que está falando.

O SR. JOCELITO CANTO

Pode ter certeza que em primeiro lugar, se tem alguém aqui nesta Casa que não tem o “rabo preso” com o governador, está aqui na sua frente.

**O Sr. Valdir Rossoni**

O meu vocabulário é do Aurélio. Não falo essas palavras “rabo preso”. Falo o seguinte: questão de entender o problema que estamos discutindo. Não vamos baixar o nível e vamos discutir a questão técnica e no mérito possamos chegar numa conclusão que o povo ganhe com isso. E não as nossas ambições pessoais.

O SR. JOCELITO CANTO

Agradeço o seu aparte.

Cada um desculpa-se como pode.

Mas, o importante é o povo saber que quando eu disse aqui: “se existe algo errado”, e V. Exa. precisa ouvir um pouco melhor, eu disse: “se existe algo errado com Ponta Grossa, existe muito mais errado com Bandeirantes”. Infelizmente, V. Exa. não ouviu bem.

E quanto ao governador Roberto Requião, eu sou admirador de alguns atos do governador, sim. Sou admirador de alguns atos, mesmo não tendo votado nele. Mas também não estou aqui nesta Casa para dizer amém a tudo o que ele fizer. O que eu entendo que não estiver de acordo com a lei, vou explorar, vou falar, porque sou um deputado que volto a dizer: não tenho “rabo preso” com ninguém!

Se tiver algum problema, assumo os meus problemas. Defendo-me das coisas que às vezes me acusam, mas não tenho medo de enfrentar, porque acima de tudo sou um homem de consciência tranquila, que sempre trabalhei pelos interesses do povo e é isso que estou fazendo.

Quanto à questão de quem vai votar a favor ou vai votar contra, é uma questão de interpretação de cada um dos deputados aqui. Estou colocando que a Faculdade de Bandeirantes está incorreta, não cumpriu a formalidade, não cumpriu a lei. Mas, essa está de pé! Agora, a de Ponta Grossa, que tem muito mais documentos que a de Bandeirantes, que cumpriu a lei, que pode, segundo o procurador, se existir alguma coisa diferente, está muito melhor que a Faculdade de Bandeirantes.

Permito aparte ao deputado Plauto.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Deputado Jocelito.

Escuto com atenção as suas colocações e é claro para mim: são dois pesos e duas medidas. Bandeirantes está ok, estando legalmente colocado a acampação da Fundação Luiz Meneghel lá em Bandeirantes ou não estando.

O nosso curso de Medicina da UEPG que já tem os investimentos feitos necessários, não pode. É uma diferença grande entre Bandeirantes e entre o curso de Medicina da nossa Universidade.

O governador é contra. É uma posição política do governador Roberto Requião, porque um ex-governador do Estado criou, depois de mais de trinta anos que a cidade e a Universidade esperavam, o governador autorizou a implantação do curso naquela cidade e naquela Universidade.

Então, são dois pesos e duas medidas. E vou mais longe! O governador disse que a Universidade de Ponta Grossa não pode ter a continuidade do curso, porque não tem dinheiro. Mas estivemos lá em Brasília, e quero falar a todos os deputados da base aliada, com o ministro Humberto Costa, da Saúde, que deixou claro que ficou pasmo no momento que ouviu que um curso em andamento foi extinto, foi cancelado, foi suspenso pelo governador do Estado do Paraná. E ele disse, deputado Antonio Anibelli e deputado Ângelo Vanhoni, que espera os representantes de Ponta Grossa, da Universidade, da sociedade, os políticos da cidade e um representante do governo do Estado do Paraná em uma reunião lá em Brasília. Sabe por quê? Porque ele vê com bons olhos e tem recursos para liberar para a cidade de Ponta Grossa para poder fazer do hospital local um Hospital Universitário. O problema não é mais financeiro, não. Estamos aguardando que o governador destaque um representante do governo do Estado do Paraná para ir ao Ministério da Saúde para poder fazer com que aqueles recursos que o governador disse que não existem, possam vir para a nossa Universidade, para o nosso Estado do Paraná.

Agora, sim, quero ver, deputado Jocelito Canto e senhores deputados, se é posição política ou não, porque financeira, não é mais. O ministro disse, deputado Rossoni, que os recursos existem. Tenho interesse de melhorar a saúde dos Campos Gerais e o hospital que vai receber os recursos do Ministério da Saúde pode ser um Hospital Universitário, que será o espaço que os alunos de Medicina, os acadêmicos de Medicina vão estudar. Quem sabe o governador indique e aponte, deputado Jocelito, o representante do Governo que sentará à mesa, lá no Ministério da Saúde, para receber os recursos necessários para o nosso curso de medicina, e em especial para a nossa saúde dos Campos Gerais.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Plauto!

**O Sr. Antonio Anibelli**

V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. JOCELITO CANTO**

Já estou no encerramento, queria só fazer mais uma colocação, mas, pois não.

**O Sr. Antonio Anibelli**

Eu só queria perguntar ao deputado Plauto se ele já comunicou ao governador Requião da intenção do ministro, porque nós não temos conhecimento, não fomos avisados e talvez o governador não tenha sido. Mas, só quero dizer a V. Exa. e ao deputado Plauto que, no dia trinta de setembro do ano passado, no último dia de encerramento dos comícios da eleição que se passou, e eu disse hoje de manhã ao reitor, lá no Canal da Música, como ele afirmou aqui naquele telão, foi feita a autorização do Conselho Estadual de Educação para o curso de Medicina. Aí sim foi um estelionato eleitoral, deputado Plauto! E V. Exa. tirou os frutos do estelionato com a sua grande votação em Ponta Grossa, fazendo talvez o melhor comício ou gastando não sei quantos milhões que, tenho certeza, não estavam na sua prestação de contas, na soltura de foguetes em Ponta Grossa pela "laranjisse" eleitoral do governador Jaime Lerner ao anunciar, no dia 30, a criação do curso. Isso sim é estelionato eleitoral! Vamos deixar de mentir e dizer bobagem.

No dia 30 o reitor, na sua explanação - e fui educado naquele dia, não quis contestar, porque iria dizer na cara dele e de todo mundo e hoje reafirmei pessoalmente, preservei a identidade do senhor reitor. Mas foi estelionato eleitoral, sim, no dia 30 de novembro do ano de 2002, ao anunciar em Ponta Grossa, a liberação do curso de Medicina.

Sou favorável ao curso de Medicina, sim. Não quero receber os pontapés e a cavaliço dos vereadores lá na Câmara Municipal de Ponta Grossa que contra mim achacaram, quando eu, aqui, no gabinete do deputado Vanhoni, fui talvez o principal deputado - e V. Exa. é testemunha - defendendo que fôssemos ao governador, que os membros do PT fossem ao presidente da República para argumentar que se desse um pouco mais de vida à Faculdade, que daí surgiu a indicação da Câmara que iria pagar a conta do ano de 2003.

Então, V. Exas. não venham querer misturar tudo aquilo, porque tem dia que explode a nossa vontade de agüentar desaforos e mentiras neste Plenário. Vamos restabelecer a verdade! E isso todos sabem: naquele dia eu não quis ser indelicado com o senhor reitor, mas hoje que estamos só nós, dá para dizer ao Plenário e ficar registrado nesta Casa.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Concede-me um aparte, deputado?

Só para deixar claro, senhora presidente e senhores deputados, se o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa - nobre deputado Jocelito Canto - é

um estelionato eleitoral, um curso que não foi autorizado no ano das eleições, imagine o curso de Cascavel, que foi autorizado três meses antes das eleições, quando o então governador Mário Pereira, que tinha no atual governador do Estado, candidato ao Senado da República, um cabo eleitoral, em Cascavel.

Juntos fizeram grandes festas e lá, sim, deputado, foi um grande comício, com muito foguete, porque o governador fez muito voto, naquele município.

**O Sr. Antonio Anibelli**

V. Exas. estão ainda com as cicatrizes abertas, por terem perdido a eleição por 500 mil votos. Eu não tenho culpa. V. Exa. está remontando o cadáver. Talvez, o cadáver sirva para nossa Universidade de Ponta Grossa. Mas eu não disse que sou contra a universidade. Sou contra o estelionato eleitoral do dia 30 de setembro do ano passado.

**O SR. JOCELITO CANTO**

O deputado Rossoni falou aqui da questão da legalidade. Deputado Rossoni, se tiver algo errado em Ponta Grossa foi cancelado, foi para a "fita" - como se fala na linguagem popular, foi embora. Agora, o de Bandeirantes está de pé ainda e está ilegal. Se o nosso, que o senhor diz que está ilegal, supõe-se que está ilegal, foi cancelado. O de Bandeirantes é ilegal, continua a aula e o Estado passando dinheiro.

O plano de aplicação da Universidade de Bandeirantes é coisa de cinema, de Guinness. O procurador disse, no seu despacho, que o plano de aplicação de Ponta Grossa, para a Universidade de Ponta Grossa, era ruim, porque tinha seis páginas. Se os senhores pegarem o documento que entreguei, o plano de aplicação de Bandeirantes tem doze linhas e uma página apenas. O de Ponta Grossa tem seis e era ruim. O de Bandeirantes tem uma página e doze linhas e está de pé. O de Ponta Grossa, que tem seis, que foi feito para os quatro anos, de acordo com a lei, não presta. Esse é o peso e a medida para os dois cursos.

Concedo um aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Muito obrigado, deputado Jocelito Canto.

Queria, rapidamente, que em nenhum momento vou contestar as colocações do ilustre líder deputado, do PMDB, Antonio Anibelli. Não. Mas naquele momento o deputado Anibelli disse que tínhamos que restabelecer a verdade. A verdade sempre prevalece. Eu gostaria de reafirmar, aqui, o que foi colocado pelo deputado Plauto. Não considero estelionato eleitoral a criação do curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Como não considero, deputado Antonio Anibelli, estelionato eleitoral o curso de Medicina da União, que foi criado em plena campanha eleitoral, em 1994, quando o então candidato a senador Roberto Requião, esteve em



Cascavel, com grandes festas. E em um ato de companheirismo do governador Mário Pereira foi anunciado o curso de Medicina da Unioeste.

Quando assumimos o governo no dia 1º de janeiro de 1995, deputado Jocelito Canto, senhores deputados, Cascavel não tinha as mínimas condições de ter o curso de Medicina. Faltavam laboratórios, construções, equipamentos, microscópios, estetoscópios - faltava tudo. O curso de Cascavel funcionou e está funcionando. Hoje atende uma grande demanda reprimida, que existe na área da saúde do Paraná. Por isso, queria fazer esse esclarecimento, porque devemos restabelecer a verdade. Os governos passam, nós ficamos por algum tempo, porque passamos também, mas as ações dos governos e as ações dos homens públicos, essas devem permanecer, principalmente as benéficas, aquelas que vão ao encontro do anseio da sociedade civil organizada.

Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Queria, só para encerrar, senhora presidente, cumprimentar o nosso presidente. Deputado Hermas Brandão, eu tenho cada vez mais admiração por V. Exa.

V. Exa. além deste currículo invejável, da experiência que tem como nosso grande líder hoje, está de parabéns. V. Exa. com as virtudes que poucos políticos têm, conseguiu fazer com que esse homem de ferro, esse homem que parece, às vezes, tem o coração tão brilhante, mas de repente um coração tão amargo que encerra o curso de Medicina em Ponta Grossa. V. Exa. com a sua experiência, conseguiu fazer com que ele criasse o curso lá em Bandeirantes, estadualizasse aquela faculdade.

V. Exa. para mim é motivo até de orgulho de ter votado no senhor como presidente, porque o senhor conseguiu remover o todo-poderoso governador Roberto Requião e fez, até, no meu ponto de vista, um leigo, não um advogado, apenas um radialista deputado, que uma ilegalidade se tornasse legal e parabéns a V. Exa, e eu fiz o meu papel como deputado, quando jurei diante desta Casa que cumpriria o mandato com legalidade e com honestidade estou fazendo.

Encerro dizendo, o curso, a estadualização de Bandeirantes é ilegal e que se o governador do Estado...

**(Término do prazo e a senhora presidente Arlete Caramês, não lhe concedeu mais prorrogação)**

#### A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Nós registramos a presença do prefeito de Juranda, senhor Meretino; do prefeito de Paranaciti, senhor Fidel e do prefeito de Atalaia, senhor Zílio e o vereador Veiga, de Paranaguá.

#### O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Só para aproveitar e registrar a presença também do prefeito de Cafelândia, Romano Celli.

#### O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do prefeito de Itapejara, nosso companheiro Tominaga e sua esposa, e registrar novamente a presença do prefeito de Umuarama.

#### O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do prefeito de São João do Triunfo, Sr. Bacil.

#### A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Presenças devidamente registradas.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias: PSC, PL, PSL, PPS, PSB, PP, PFL.

**(Declinaram)**

PDT.

Com a palavra, deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados, quero, neste momento que a imprensa especula o provável desligamento de um outro membro do PDT, dizer que nenhum membro do PDT, deputado estadual, está cogitando este assunto de deixar o Partido.

Portanto, é mera especulação.

De outro lado, senhor presidente, senhores deputados quero chamar a atenção, pela importância da CPI do Banestado de amanhã, aonde vamos ouvir os ex-diretores do Banco do Estado, na agência em Nova Iorque e também ex-gerentes de bancos aqui de Curitiba.

Também na quarta-feira, vamos ouvir os representantes do Banco Fator, banco esse junto com a CCF Brasil, que avaliaram o Banestado.

#### O Sr. Barbosa Neto

Permite um aparte, deputado?

Deputado Neivo Beraldin, eu gostaria de fazer minhas as suas palavras em relação ao PDT, gostaria de desejar sucesso para nossos colegas que deixam a sigla, José Maria Ferreira e Vanderlei Iensen, que aderem ao governo Roberto Requião, filiando-se ao PMDB. Nós lamentamos até a saída de dois grandes companheiros e aproveito para parabenizar esse líder do partido pelo trabalho excepcional que vem fazendo na CPI do Banestado. A imprensa nacional volta os olhos a esta Casa, e nós estamos também torcendo para que seja criada a CPI do Banestado no Congresso Nacional.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Neivo, apenas para parabenizá-lo pelo trabalho que realiza frente à CPI do Banestado, que aliás espero que possa ser instalada a nível nacional já que tem tido uma repercussão extraordinária. Não é para menos a situação em que se encontram as informações com relação a esta questão da CPI.

Deputado Neivo, eu iria até pedir a V. Exa. para usar o horário do PDT, porque eu iria falar sobre a questão do pedágio, porque eu fui a 18ª assinatura da famosa

CPI do Pedágio, lá atrás, e eu queria conversar sobre isso. Como não será possível nem hoje nem amanhã, porque teremos uma Sessão Solene já marcada pelo nosso presidente, Hermas Brandão, na quarta-feira então pretendo falar sobre esta questão.

Agradeço o aparte de V. Exa. e parabéns pelo trabalho, mais uma vez.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço aos senhores deputados.

Ocupo também a tribuna para manifestar a minha solidariedade, na condição de presidente da CPI do Banestado, ao delegado Castilho e ao perito Renato Barbosa, dois cidadãos brasileiros altamente bem informados sobre a situação do Banestado e sobre a remessa de dinheiro ilegal para o mundo.

Duas figuras que têm informações extraordinárias para passar à sociedade brasileira. Enquanto se vê dois brasileiros com tamanha competência, dedicação e amor à causa deste País, se vê o ministro da Justiça tentando devotar a eles algumas considerações desonrosas, inclusive dizendo o ministro que seria delírio do delegado Castilho as informações que tem. Não há delírio! Se há delírio, é do ministro da Justiça, porque as provas documentais que nos mostram, as revelações que fazem, o know how que possuem em relação à remessa ilegal do dinheiro brasileiro, são altamente confiável.

Para nossa honra e nossa alegria, esses dois brasileiros estão aqui em Curitiba hoje, novamente, para se somar à CPI do Banestado para nos ajudar a realizar um trabalho que seja eficiente, competente. Como disse o delegado Castilho: “Que esta seja a CPI das CPI’s”.

Queremos agradecer, sobremaneira, esses dois brasileiros que vêm, aqui no Paraná, dando subsídio a esta CPI e lamentar profundamente que o Estado do Paraná tenha sido, nos últimos tempos, foco de grande corrupção, foco de invenções que levam a dimensão do Brasil e até fora do Brasil. Dizer que usaram o Banestado como lavagem de dinheiro porque era um banco público, portanto de um Estado, com nome nacional e internacional, com conceito nacional e internacional, e usaram este Banco público para lavar mais de 30 bilhões de dólares! Evidentemente tudo será provado, todos os nomes virão a público e nós estamos nos sentindo orgulhosos de esses dois brasileiros estarem aqui prestando a solidariedade, em primeira mão, à CPI do Paraná.

E depois, se o governo brasileiro entender e deixar que a CPI se instale a nível nacional, com certeza esses dois delegados terão também a oportunidade de prestar um grande serviço à Nação brasileira.

Muito obrigado.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Apenas para comunicar ao deputado Neivo Beraldin e à Casa, que a Liderança do PMDB está indicando, depois de consultar a Bancada, o Delegado Bradock para ser o novo relator da CPI do Banestado.

#### A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados. Temos ouvido aqui nesta Casa, inúmeros comentários. Temos feito um esforço muito grande para ouvirmos os discursos, porque, senhora presidente e senhores deputados, argumentos não nos faltam para dizer aqui, a honra que temos de sermos do PMDB e de darmos sustentação política ao governador Roberto Requião.

Argumentos não nos faltam, e poderíamos aqui, senhora presidente, fazermos uma lista enorme, infindável, de motivos. Poderíamos a cada Sessão, um deputado do PMDB ou outro que dá sustentação a esse governo, poderíamos subir a esta tribuna e fazer com galhardia a relação de motivos, que é já de conhecimento do povo do Paraná.

O governador Requião assumiu um Estado falido, quebrado, arrebentado, aniquilado. Os números indicam isso. E com coragem e determinação, com arrojo e com segurança, com seriedade e como um estadista faz, está pondo este Estado nos trilhos. Em todas as áreas: na segurança pública, na educação, nas finanças públicas, a gestão fiscal deste Estado tocada com esmero, com equilíbrio e com seriedade. O governador Requião não faz proleísmo e não faz demagogia. Governa olhando para o futuro, olhando para frente, como faz um estadista.

Assim o Paraná está sendo governado. Assim que nós vamos começar a mostrar esses dados, a mostrar as diferenças. A diferença de um governo sério, que não compactua com as mazelas, que não compactua com os vícios, que rompe privilégios, que quebra contratos superfaturados. Um governo que não cede um milímetro para a malandragem. Um governo que tem governado este Estado com absoluta seriedade e com respeito ao povo do Paraná. É um orgulho para nós, do PMDB, do PT, do PPS, do PL, que oficialmente integram a base de sustentação deste governo, como também de outros companheiros nossos que também nos ajudam a dar o suporte político ao governador Requião.

Mas, senhora presidente, venho hoje aqui a pedido do meu Líder, deputado Antônio Anibelli, e em nome da minha Bancada do PMDB saudar o ingresso no nosso Partido de 3 grandes parlamentares desta Casa: o deputado José Maria Ferreira, o deputado Vanderlei Iensen e o deputado Rafael Greca de Macedo. Três grandes conquistas que o PMDB do Paraná teve neste final de semana, pessoas que nós convidamos a entrar no nosso Partido, e que vieram ajudar a engrandecê-lo, a torná-lo cada vez mais um Partido próximo aos sentimentos populares; mas também para dar suporte político para que o governador Requião continue a fazer este Governo revolucionário que está a executar no Estado do Paraná.

O deputado José Maria volta ao PMDB, porque tem uma longa história no nosso velho MDB de guerra. O

deputado Vanderlei Iensen, que teve o seu pai, deputado federal pelo nosso Partido, jovem parlamentar, brilhante parlamentar, que nestes poucos meses demonstrou toda a sua capacidade, também nos dá a honra de fortalecer o PMDB. E hoje o deputado Rafael Greca de Macedo, a bem da verdade, senhora presidente, teve conosco, sim, divergência no passado, mas que soubemos sempre reconhecer o prefeito que foi eficiente de Curitiba, político preparado, inteligente, que com certeza vai nos ajudar a fazer do PMDB mais forte, mais próximo do povo, mais interligado com os sentimentos populares, e aqui nesta Casa dar a sustentação política que o governador Requião precisa.

Sejam bem-vindos, Vanderlei Iensen, Rafael Greca e José Maria Ferreira, sejam bem-vindos às fileiras do velho MDB de guerra, nós os recebemos de braços abertos, e queremos que vocês nos ajudem a fazer, a manter a honra, a manter a nossa tradição, a tradição do nosso Partido no Estado do Paraná.

#### O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Eu quero pedir a palavra pela ordem para agradecer ao deputado Nereu Moura e a todos os deputados que me distinguiram hoje no ato de filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que se deu no Salão Nobre desta Casa ao meio-dia.

Quero agradecer também ao vice-governador Orlando Pessuti, a senhora Lucia Requião Arruda, a secretária Vera Mussi, ao vereador Paulo Salamuni e a outras distinguidas lideranças que lotaram o Salão Nobre desta Casa.

Sobre antigas divergências que possa ter tido contra pessoas do PMDB, até com o nosso governador Roberto Requião, com quem inclusive mantive um acalorado debate visto pelo Brasil inteiro na TV-Senado ao tempo de ser eu ministro. Quero dizer que o governador sabe perdoar e também sei eu. Isso é sinal que o distingue com grandeza e a mim também. Quero usar a frase de Alceu Amoroso Lima: “O passado é o de bom ficou do passado”.

E é isso que eu quero guardar neste momento para prometer aos meus novos companheiros de Partido dar ao que de bom ficou do nosso passado um grande futuro, com toda a força da minha lealdade e todo o ímpeto do meu paranismo.

Muito obrigado.

#### O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Com relação à entrada no PMDB, nós vamos nos pronunciar na próxima quarta-feira no Horário do Pequeno Expediente, porém eu gostaria de convidar os parlamentares para na quarta-feira pela manhã, às 10h00, participarem da nossa reunião da Comissão de Terras. Convocamos o secretário de Estado do Trabalho, Padre Roque, para trazer alguns esclarecimentos sobre a questão da reforma agrária no Estado do Paraná, e os deputados estão sendo convidados a participar desta audiência.

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

A questão da filiação do deputado Rafael Greca, também quero registrar o meu apreço ao deputado. O tempo é o senhor da razão, muitas vezes nesta Casa e não posso me calar.

Nos momentos mais difíceis da vida pública do deputado Rafael Greca, quem se levantou daquela tribuna para fazer a sua defesa, porque sempre dizia que ele era um homem honrado, ilibado, competente, era o deputado Valdir Rossoni e alguns parlamentares. Por isso, depois de muito tempo, e o tempo é o senhor da razão, parabéns, deputado!

Hoje me sinto recompensado por ter tido a coragem de estar do seu lado nos momentos difíceis. E desejo a V. Exa. e ao seu atual partido, todo o sucesso do mundo, porque V. Exa. realmente é um homem que merece desempenhar qualquer cargo nesta Nação, porque tem todas as qualidades. Um homem culto, sábio, qualificado, o que eu disse há anos atrás defendendo o deputado Rafael Greca, está consagrado nesta Casa de Leis.

A Deus digo muito obrigado, por ele ter me iluminado, por ter me dado tanta coragem, por ter feito o que fiz no passado, porque hoje vejo que estava do lado certo.

Deus que proteja o deputado Rafael Greca, e espero vê-lo governador, espero vê-lo ministro da República. Com essa sabedoria, sempre terá minha admiração e principalmente, deputado Rafael Greca, V. Exa. sempre terá o meu respeito.

Muito obrigado!

#### O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Graças a Deus, o Alceu Amoroso Lima, disse que o passado é o que de bom ficou do passado. Nessa frase incluo também os meus companheiros de todo o tempo, porque o agradecimento é a memória do coração. Registrar aqui o agradecimento extensivo aos companheiros que em outro tempo aqui me defenderam, em especial um agradecimento muito fraterno ao deputado Valdir Rossoni, que muito me sensibiliza com essas palavras e muito me distingue. De coração, fraternalmente, muito obrigado!

#### A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela ordem, passo a palavra ao deputado Dobrandino da Silva.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Queria lembrar aos deputados que teremos a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, logo ao término da Sessão. Teremos uma Sessão da CPI na sala das Comissões!

#### A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passo a palavra à Liderança da Oposição, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, caros prefeitos que nos honram com suas presenças, imprensa paranaense aqui presente.

Quem não tem passado não tem história. Quem tem história, com toda certeza, jamais poderá esquecer ou tem que escrever a sua história. Estou há doze anos e meio aqui na Assembléia Legislativa, mais quatorze anos na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. Há vinte e seis anos na vida pública e sempre no Legislativo. No término deste mandato, completo trinta anos de Legislativo no Estado do Paraná.

Mas, jamais, deputado Valdir Rossoni, podemos esquecer as afirmações do passado. Lembro-me muito bem que desta tribuna onde falo agora, defendia os ex-ministros Reinhold Stephanes, Alcení Guerra, José Eduardo e mais recentemente o ministro Rafael Greca. Quando aqui peguei e encaminhava a todos os ex-ministros o pronunciamento que eu fazia desta tribuna em defesa das lideranças do Estado do Paraná.

Senhores deputados, lembro-me tão bem quando o ministro Reinhold Stephanes era ministro da República e ministro da Previdência, quando se falava na reforma da Previdência no Brasil, nós, na qualidade de líder do PFL na época, e ele exercia o ministério em nome do Partido da Frente Liberal no Brasil, ele aqui, desta mesa, defendia a necessidade da reforma da Previdência, inúmeros deputados que inclusive hoje têm assento na Assembléia, criticavam o ministro Reinhold Stephanes com veemência, dizendo que não era possível que no Brasil se fazia a reforma da Previdência, em prejuízo dos trabalhadores do nosso País.

Muito bem. O tempo vai passando e hoje o ministro Reinhold Stephanes, para nossa surpresa, é secretário do Roberto Requião, do PMDB, de quem ele recebeu as maiores críticas aqui da Assembléia Legislativa.

O ministro Rafael Greca, a quem se referia Valdir Rossoni e quem o defendia da tribuna, nós o defendíamos, e hoje ele é acolhido exatamente pelo Partido que mais o criticava na época.

Também sinto-me recompensado, deputado Valdir Rossoni, porque assim como V. Exa. fazia a defesa do ministro Rafael Greca e do ministro Reinhold Stephanes, hoje ele foi, acolhido pelo PMDB, que o criticava no passado. E mostra que estávamos certos.

Mas, o tempo é o dono da razão. Poderíamos falar sobre Alcení Guerra, sobre a injustiça que se fez com este homem público, e ele também, no 2º turno, apoiou Roberto Requião e foi acolhido da mesma forma como foi acolhido o Reinhold Stephanes e Rafael Greca de Macedo.

Quer dizer, o que é que nós estamos fazendo? A história não pode ser apagada, porque querer apagar a história, aqui na Assembléia Legislativa, ou dos nossos atos, é a mesma coisa que querer apagar a história de Jesus Cristo na terra! Isto é impossível apagar!

Agora, o deputado Nereu Moura, com todo respeito que tenho por V. Exa., quando usou desta tribuna dizendo que o Roberto Requião assumiu o Estado do Paraná “quebrado”, totalmente ingovernável, o secretário da Fazenda, na quarta-feira da semana passada, nos disse exatamente o contrário. Disse que o Paraná é um Estado economicamente estável, dentro dos parâmetros da Lei de Responsabilidade. E o Estado não pode estar quebrado, deputado Nereu Moura, se é um dos únicos da Federação que pagou o funcionalismo o ano passado, inclusive o 13º, o que não aconteceu com a maioria dos Estados do Brasil!

Para concluir, pena que o tempo não nos permite, deputado Nereu Moura, mas devo dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o Estado pode se comprometer financeiramente através de seus financiamentos, até 200% da sua receita corrente líquida. E os últimos doze meses, conforme o próprio secretário Heron Arzua dizia daqui e mostrado através de um projetor, com documentos que V. Exa. tem aqui na mão: o Estado arrecadou nos últimos 12 meses, 8 bilhões e 300 milhões de reais, em números redondos.

Duzentos por cento disto dá 16 bilhões e 600 milhões de reais. E o Estado está comprometido, financeiramente, em relação à receita corrente líquida, 143%. E disse muito bem o secretário Heron Arzua e as notas taquigráficas estão aqui para ser conferidas. Ele diz que o Estado do Paraná viveu e vive outros momentos, pela industrialização do Estado, principalmente pelas montadoras, pela mudança do perfil econômico do Estado do Paraná!

Agradeço à presidente, mas infelizmente tenho que encerrar, embora o assunto seja bem palpitante. Mas, com toda a certeza, ele trará no Parlamento muitas discussões ainda, porque contra números e contra atos, ninguém pode provar o contrário.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Senhora presidente, V. Exa. já ofereceu o horário para a Liderança do Governo?

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Já, ninguém se manifestou.

O SR. NEREU MOURA

Não, mas eu quero pedir o Horário da Liderança do Governo para o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, pela ordem.

Já foi chamado a Liderança do Governo e ninguém se manifestou.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo o Horário da Liderança do Governo.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhora presidente, não pode! Abrimos um precedente, e eu então quero falar no horário do PFL! Peço o Horário do PFL.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Não sei porque o deputado Elio Rusch está querendo me cortar a palavra. Quero discutir com o deputado Elio Rusch, números. Os números estão em letras garrafas, estão nas minhas mãos, para mostrar para o deputado Elio Rusch a verdadeira situação que o seu Partido deixou o Estado do Paraná. Vou ter o prazer, deputado Elio Rusch, de mostrar as dificuldades e para mostrar muitas outras coisas, senhora presidente, que está sendo feita neste governo. Os contratos que foram cancelados pelo governo, as obras superfaturadas para mostrar a verdadeira situação deste Estado.

Quero dizer também, senhora presidente, que o deputado Elio Rusch não vai nos criar constrangimento; nós somos adversários, sim. Eu disse isso para o deputado Rafael Greca, adversários leais, nós combatemos como é o combate. Nós fizemos a crítica, sim, e não escondida, de forma clara a cristalina como é a nossa posição. Mas, como disse o deputado Rafael Greca, de forma respeitosa, tanto é que hoje o recebemos de braços abertos no PMDB, porque perdoamos e ele nos perdoou pelas divergências democráticas que tivemos, de forma que não vão impor constrangimento a nós, porque o PMDB sabe o que está fazendo. E no momento em que nós convidamos o Rafael Greca para entrar no PMDB, acreditávamos e temos certeza, que tínhamos as condições políticas para assim fazer. De forma que é tranquilo, serena e amena esta posição.

**O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)**

Eu acho, que eu e o Requião até nos vimos e nos enfrentamos de forma respeitosa, mas nos perdoamos.

Por isso, eu digo que do passado restou o que de bom ficou do passado. Quando fomos apoiar o Requião na eleição passada retiramos os processos mútuos que movíamos uns contra os outros, dos dois lados. Nós os removeremos, porque é um sentimento de quem tem grandeza o saber perdoar, o olhar para frente. O que nos dividiu sempre foi o apoio que dávamos, Margarita e eu ao então governador Jaime Lerner, por lealdade. Quando cessou a lealdade do governador Jaime Lerner para comigo, cessou o óbice que nos separava de termos amizade com o Roberto Requião.

Então, essa discussão está completamente encerrada. Ela se resume na frase magistral desse grande cristão, que foi o Tristão de Athaide, no pseudônimo e da vida civil o Alceu de Amoroso Lima. O passado é o que de bom restou do passado.

Isso vale também para as minhas lembranças do Jaime Lerner, eu também já o perdoei. Dele só quero lembrar aquilo que de bom guardo no meu coração.

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, eu quero também nesse momento em que se discute a filiação de alguns membros do PMDB, eu quero cumprimentar o PMDB, embora nós, do PDT, tenhamos perdido dois deputados, o deputado Iensen e o deputado José Maria, mas reconhecer que o PMDB tem conquistado grandes figuras do partido, como o Rafael Greca, como o Algaci Tulio, como o ex-ministro Reinold Stephanes. O PMDB está avançando bastante.

Por isso, quero cumprimentar aos membros do PMDB, pelas aquisições que, naturalmente, vão fortalecer em muito o Partido, embora um crescimento de certa forma desconexo com o passado, mas como disse o deputado Rafael Greca, o passado é o passado e o futuro está pela frente.

Meus cumprimentos!

Muito obrigado!

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Gostaria de cumprimentar o PMDB por tamanha aquisição que é o deputado Rafael Greca de Macedo. Eu que vivi ao longo dos meus anos de radialista, os embates entre Requião e Greca, às vezes quando escuto algumas fitas fico estarrecido! Tudo isso faz parte do perdão. Se não existisse o pecado, não teríamos o perdão.

Ao mesmo tempo o governador Roberto Requião está imortalizando o deputado Rafael Greca, espero que ele tenha a mesma humildade quando perdoou o deputado Rafael Greca, que volte atrás e devolva o curso de Medicina para Ponta Grossa. E Ponta Grossa também haverá de perdoar o governador.

Parabéns ao PMDB. E parabéns ao governador Roberto Requião, que com a condução do deputado Rafael Greca se esquece o passado, vive-se o presente e se prepara para o futuro.

Muito obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Deputado Nereu Moura, quem sou eu para lhe tirar a palavra? V. Exa. ouviu muito bem quando eu estava na tribuna, que foi a presidente que pediu para que eu encerrassem o meu pronunciamento, porque o prazo já havia esgotado. Prazeirosamente iria lhe ceder um aparte. Em momento nenhum foi para ofendê-lo, porque V. Exa. foi muito feliz. Os números estão aqui. Exatamente o que foi apresentado pelo secretário Heron Arzua. Ele mostrou claramente os números. Não fui eu. Não foi o governo Jaime Lerner. O Paraná é um Estado viável, conforme disse o secretário da Fazenda do Estado do Paraná. Ele deve ser a pessoa mais capaz e a mais competente que pode falar sobre os números financeiros do Estado do Paraná.

Isso está nas notas taquigráficas. Estou dizendo o que o secretário disse. E o que diz a Lei de Responsabilidade? Estamos dentro dos parâmetros, dentro da Lei de Responsabilidade.

Deputado Nereu Moura, não faltará oportunidade para que possamos discutir esses números. Temos muito tempo pela frente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA:**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 56/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a construção em caráter emergencial da terceira faixa na PR 092, no trecho compreendido entre Curitiba e Rio Branco do Sul. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Annibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do deputado Delegado Bradock para substituir o nome da deputada Elza Correia na CPI do Banestado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 228/2003, de autoria da deputada Elza Correia constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária nos dias 16 a 18 de junho do corrente mês, pois na ocasião estará cumprindo agenda política em Londrina e Região. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente, comunicando que está filiado ao PMDB, e que fará parte da Bancada com assento nesta Casa. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Expediente subscrito pelo deputado Rafael Greca, constante do expediente, comunicando que está filiado ao PMDB, e que fará parte da Bancada do Partido com assento nesta Casa. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do deputado Elton Carlos Welter e a deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Amanhã teremos aqui uma Sessão Solene para o lançamento do Projeto 161-Narcodenúncia, a convite do deputado Hermas Brandão e com a presença do governador do Estado, amanhã, às 14h30m.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O Governo do Estado enviou projeto a respeito da encampação das concessionárias. Já foi lido?

Foi lido no início da Sessão?

Muito Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sim, no início da Sessão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Antes que comecemos a votar, vou voltar a uma discussão, que há poucos dias presidi a Sessão como faz V. Exa. agora e até teci comentários sobre a questão da nossa Pauta. Vou solicitar que V. Exa. coloque em votação um requerimento que faço, entenda como verbal, mas posso fazê-lo por escrito na sequência, de retirada da pauta todos os itens que tem a palavra “sugere”.

Eu proponho isso para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná possa encontrar um termo legislativo adequado à função do Legislativo do Estado do Paraná.

É um requerimento para antes que V. Exa. coloque em votação os itens da pauta, sei de outros itens que não têm a palavra “sugere”, não têm essa denominação, gostaria de colocar essa proposição à Mesa que V. Exa. colocasse em discussão, em votação, de que retirássemos da pauta todos os itens em que consta a palavra “sugere”, para que possamos encontrar, através da nossa liderança, da CCJ, enfim, dos partidos políticos, uma nomeação mais apropriada de acordo com o que significa o legislativo para o nosso Estado do Paraná.

Faço o requerimento e encaminho a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

A Mesa aguarda o seu requerimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/2003, de autoria da deputada Elza Correia e do deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Nelson Maculan. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 015/2003, de 07.04.2003).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera a redação do artigo 110, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2003, de 04.06.2003 - 1ª Discussão).**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que estabelece o código de direitos e responsabilidades sociais dos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2003, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, que altera o artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998 (Composição do Conselho de Diretor) do Fundo Especial do Ministério Público do Estado. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que sugere a destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. (Publ. no DA nº 026/2003, de 30/04/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 013/2003

P A R E C E R :

A indicação submetida a exame desta Comissão de Segurança Pública objetiva sugerir ao chefe do Poder Executivo a elaboração e encaminhamento de anteprojeto e lei a esta Casa, visando a aprovação das normas sobre a destinação de armas apreendidas em ações policiais.

Inobstante careça o legislador estadual de competência para iniciar o processo legislativo sobre esta matéria, o nobre parlamentar, preocupado com o aumento da criminalidade e as condições, muitas vezes, de inferioridade das nossas polícias ante o poder bélico cada vez mais potente dos marginais, exerce a sua função legislativa indiretamente, apresentando sugestão de solução criativa e viável à administração pública.

Cabe a esta Comissão louvar a iniciativa e manifestar-se favoravelmente a mesma e ao seu encaminhamento para votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere gratificação aos funcionários do Instituto Médico Legal. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CSP. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14/05/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 020/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Alexandre Curi, sob exame nesta Comissão de Segurança Pública, visa sugerir ao chefe do Poder Executivo, a concessão de gratificações atribuídas aos servidores das áreas da saúde e do sistema penitenciário, também aos servidores do Instituto Médico Legal.

São elas a Gratificação de Atividade Específica - GAE, a Gratificação de Atividade de Saúde - GAS e a Gratificação de Zona.

Conforme as funções exercidas pelos servidores do IML, minuciosamente descritas na proposta, percebe-se muito justo e acertado seu objetivo propósito.

Isto posto esta Comissão de Segurança Pública é de parecer favorável à indicação apresentada e louva o seu mérito.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 029/2003, de autoria do deputado André Vargas, que sugere a isenção de IPVA e Seguro Obrigatório às viaturas policiais, ambulâncias e veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. (Publ. no DA nº 035/2003, de 19/05/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 029/2003

P A R E C E R :

#### Relatório

01 - A indicação nº 029/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual André Vargas tem por escopo a isenção de IPVA e Seguro Obrigatório às viatu-

ras policiais, ambulâncias e veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

02 - Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação não encontra óbice legal, pois de acordo com o artigo 155, inciso III, da Constituição Federal e Artigo 129 e parágrafos da Constituição do Estado, a competência para instituir tais impostos é do Estado e do Distrito Federal.

03 - Muito embora tratar de indicação e não projeto de lei, desde já alertamos para a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 14 traz que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita (concessão de isenção), deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, devendo haver demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou estar acompanhada de medidas de compensação.

04 - Alertamos para alguns detalhes a serem considerados no item 02 salientando que as viaturas policiais não são tão somente da frota da Polícia Militar e Rodoviária, mas também do Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

05 - Outro critério a ser observado é o do item 03, onde os veículos para se beneficiarem da isenção proposta, no caso de tratarem-se de veículos de entidades assistenciais, que seja essas de declarada de Utilidade Pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável à presente Indicação nº 029/2003, objeto desta análise, observado as considerações nos itens 04 e 05 acima mencionados.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK  
Presidente e Relator

#### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 037/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CT. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 224/2003.

#### **SUBSTITUTIVO GERAL À INDICAÇÃO Nº 037/2003**

Exmo. Sr. secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo:

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

01 - O Poder Executivo, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criar convênio junto com os muni-

cípios turísticos para exibirem em suas alas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material audiovisual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

02 - As Prefeituras, através de seus órgãos, enviaram para a Secretaria de Turismo o material que julgasse ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

03 - Poderiam as Prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

04 - A duração de cada filme ilustrado não poderia ser inferior a 2 minutos nem superior a 5 minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

05 - As inserções do material apresentado percorreriam todos os cinemas do Estado do Paraná.

06 - O controle e fiscalização ficariam por conta da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) MAURO MORAES

#### **JUSTIFICATIVA:**

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes em companhia de um camelo, outras vezes a pé, porém, à vontade de conhecer novos horizontes fizeram destes homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio e o conhecimento.

Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje, não tenho dúvidas em afirmar, que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui, é ecológico, não agride o meio ambiente, traz divisas e empregos. A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolva outros segmentos.

O Paraná é, foi e será, palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas e desportivas, mas o interior do Estado surge também como alternativa desses eventos e é preciso divulgar.

A parceria do Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinemas), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/2003**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por objetivo tornar obrigatória a exi-



bição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná e dá outras providências.

#### **Fundamentação**

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privativa o senhor governador do Estado.

#### **Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE TURISMO INDICAÇÃO Nº 37/2003**

#### **P A R E C E R :**

A presente Indicação, de autoria do deputado Mauro Moraes, visa sugerir a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo, ao examinarmos a proposta, constatamos que essa matéria já foi sancionada pela Lei nº 13.568 do Diário Oficial nº 6235 de 22 de maio de 2002, assim sendo opinamos pelo parecer favorável na forma de substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA  
Presidente e Relator

#### **SUBSTITUTIVO GERAL À INDICAÇÃO Nº 037/2003**

Exmo. Sr. governador do Estado; Exmo. Sr. secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - a regulamentação da Lei nº 13.568, de 22 de maio de 2002, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná.

2 - O Poder Executivo, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criará convênio junto com os municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material audiovisual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

3 - As Prefeituras, através de seus órgãos, enviarão para a Secretaria de Turismo o material que jul-

gasse ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

4 - Poderiam as Prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

5 - A duração de cada filme ilustrado não poderia ser inferior a 2 minutos nem superior a 5 minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

6 - As inserções do material apresentado percorreriam todos os cinemas do Estado do Paraná.

7 - O controle e fiscalização ficariam por conta da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 22.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA  
Presidente e Relator

#### **JUSTIFICATIVA:**

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes em companhia de um camelo, outras vezes a pé, porém, a vontade de conhecer novos horizontes fizeram destes homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio e o conhecimento.

Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje, não tenho dúvidas em afirmar, que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui, é ecológico, não agride o meio ambiente, traz divisas e empregos.

A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolva outros segmentos.

O Paraná é, foi e será, palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas e desportivas, mas o interior do Estado surge também como alternativa desses eventos e é preciso divulgar.

A parceria do Governo do Estado através da Secretaria Estadual da Indústria, Comércio e Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinemas), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

#### **ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 039/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere a implantação do Programa "Cadê Você", com o objetivo de introduzir mecanismo de pesquisa e informação, na questão de desaparecidos. PARECER FAVORÁVEL DA SP. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003)

COMISSÃO DE SEGURANÇA  
INDICAÇÃO Nº 039/2003

P A R E C E R :

**Do Relatório**

1 - A Indicação nº 039/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Alexandre Curi tem por escopo a implantação do Programa “Cadê Você” com o objetivo de introduzir mecanismo de pesquisa e informação na questão de desaparecidos.

**Da Fundamentação**

2 - Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação não encontra óbice legal em prosseguir, salientando-se que se trata de iniciativa de grande mérito e interesse social, que merece consideração e apreço pois vem de encontro à necessidade de localização de desaparecidos, expandindo as possibilidades de encontrar as pessoas desaparecidas. Cabe ainda esclarecer que a propaganda televisada e pela imprensa em geral como forma de divulgação dos nomes teria boa aceitação pela população.

**Da Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável à presente Indicação nº 039/2003, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK  
Presidente e Relator

Sobre as referidas indicações, Requerimento nº 1227, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada das indicações que constam na Ordem do Dia desta data, conforme itens 05 a 09, que constam a palavra “sugere”. Aprovado.

Estão retirados da pauta todos os projetos que contém a palavra “sugere”.

O SR. HERMES FONSECA

Pela ordem!

**(Assentimento)**

Pronuncio-me, neste momento, com relação à proposição do deputado Augustinho Zucchi no sentido de que transfira-se a ele a responsabilidade de fazer a alteração dessa redação, até por que essa redação foi dada pela Diretoria Legislativa da Casa e não pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela Ordem!

Fico até lisonjeado com tamanha honra de transferir-me a responsabilidade de achar uma alternativa, mas não fujo a ela, proponho-me a ser nomeado pela Mesa Executiva para achar uma alternativa, a reunir-me com os deputados, com as Lideranças e buscar uma alternativa e se não tiver, que seja extinta essa forma de projeto aqui na Casa.

Essa é a minha posição pessoal e, como deputado tenho direito de ter essa posição.

Aceito a missão a mim concedida pelo nosso presidente da CCJ, a quem tenho profunda admiração.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para a justificativa do voto do requerimento do ilustre parlamentar deputado Augustinho Zucchi.

Dei entrada nesta Casa, deputado Augustinho Zucchi - V. Exa. não estava aqui, talvez, naquela Sessão - com um requerimento para que a Comissão Executiva estude uma forma para que possamos legislar. Porque, da forma como estamos trabalhando, estão impossibilitados grandes debates aqui.

Já está o requerimento talvez na Mesa ou já até foi votado, sugerindo à Comissão Executiva que voltemos ao que era no passado: aos projetos autorizatórios, porque aí sim, o projeto pode ser sancionado pelo governador. este “sugere” nunca vai ser lei.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O requerimento já foi despachado para a Comissão Executiva na semana passada.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Só uma informação: no caso, quanto tempo vão ficar fora de pauta esses projetos?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Até que se encontre um termo mais adequado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sim, mas isso não tem um período em número de Sessões, ou não? Cinco, dez Sessões?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Dez Sessões.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1193, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente.

**Rejeitado.**

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhora presidente.

Só gostaria de não estender o debate, já sei que, como dizia o saudoso Anibal Khury, vou levar um “capote” aqui, mas não tem problemas. Vamos perder aqui uma batalha mas não a guerra. O interessante é que persisto na idéia e volto a dizer, nada tenho contra a Faculdade de Bandeirantes e tudo contra a ilegalidade da

forma que foi constituída a estadualização dessa faculdade. E por isso, repito mais uma vez, estou cumprindo um juramento de deputado, ao tomar essa decisão. Se tiver só o meu voto, estarei tranqüilo, com a consciência de que fiz o que determina a lei.

É isso, senhora presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Em votação o requerimento do deputado Jocelito Canto.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. JOCELITO CANTO

Verificação de votação, senhora presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se

Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Justificar**)

Senhor presidente.

Só para registrar que somente eu e o deputado Plauto votamos favoráveis, defendendo a nossa região, defendendo o nosso povo e defendendo a legalidade.

Era isso, senhora presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Requerimento nº 1175, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1176, 1177 e 1183, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1178 e 1179, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1180 a 1182 e 1202, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1184, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1185, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1187 a 1190, de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1192, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1194, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimento nº 1195, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1197, de autoria do deputado Valdir Rossoni, com apoio dos deputados Ratinho Júnior, Duílio Genari, Nelson Garcia, Miltinho Pupio e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1199 e 1207, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1200, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1203 e 1205, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1208 e 1209, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1210, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos deputados Augustinho Zucchi, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Artagão Júnior e demais deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1212 e 1214, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1216 e 1217, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1218 e 1219, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1220, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1225, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Solene para terça-feira, dia 17, para o lançamento do Projeto 161 - Narcodenúncia, a realizar-se à hora regimental.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para o dia 18, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 125/2003.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290 e 291/2003.

Levanta-se a Sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR. DEPUTADO DURVAL AMARAL EM SESSÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 2003.

#### Pelo ICMS sobre a Energia

O Paraná não está mais sozinho na luta para aperfeiçoar a regra de tributação da energia e petróleo no local de produção, prevista na proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso: o Rio de Janeiro se juntou a essa bandeira, conclamando ainda o apoio de outros Estados interessados - Bahia, Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas. Para nós, essa cruzada representa a correção de uma injustiça histórica que mobiliza todos os paranaenses dotados de espírito cívico.

A emenda governamental à Constituição no capítulo da reforma tributária manteve a execução ao princípio geral de cobrança do ICMS no local de origem da mercadoria ou serviço; para energia e petróleo essa cobrança beneficiaria o Estado do destino. Pior, a nova regra determina que o Estado produtor recolha o tributo e promova seu repasse integralmente ao Estado consumidor.

No seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado Osmar Serraglio, relator da emenda da reforma tributária, ressaltou a necessidade de corrigir a “dissimetria”, que separa tais operações de petróleo e energia do critério de cobrança do ICMS na fonte, propondo a uniformização da regra de tributação desses produtos na origem. Se prosperar esse parecer do parlamentar do PMDB do Paraná, colocará termo à discriminação contra o Paraná e outros Estados produtores de energia elétrica e petróleo.

Ante a evidência da distorção, o Paraná iniciou a mobilização em defesa de seus interesses, evitando que se repita a decisão da Assembleia Constituinte de 1988, quanto à tributação da energia, petróleo e gás - apesar da luta conduzida por paranaenses ilustres como o ex-deputado Maurício Fruet. Naquela ocasião, prevaleceu a força representativa da bancada paulista, sob liderança do então senador José Serra. Aliás, o empenho desse prócer político em transferir o ICMS sobre energia dos Estados produtores para o local de consumo custou-lhe dissabores

na campanha presidencial do ano eleitoral, durante sua última excursão em território paranaense - como a firme arguição feita durante a entrevista a este jornal.

O episódio sinaliza o quanto os paranaenses estão determinados a corrigir a injustiça histórica. Sessão conjunta realizada no último dia 26 pela Assembleia Legislativa, com a Associação dos Municípios e o Movimento Pró-Paraná, foi o ponto de partida, quando diversas lideranças e parlamentares da Bancada Federal, destacadamente o Sr. Max Rosenmann, as prontificaram a lutar pelo ajuste na proposta tributária. Com sua experiência política, Rosenmann avalia que a esta altura os líderes paulistas poderão aceitar a mudança, dado que São Paulo se tornou um destacado produtor-consumidor de petróleo com as jazidas descobertas na bacia de Santos.

Agora as lideranças do Estado do Rio, desde a governadora Rosinha Mateus, passando pelo presidente da Federação das Indústrias, Eduardo Gouveia Vieira, e membros da representação federal, querem corrigir a exceção, para enquadrar a tributação sobre petróleo e energia na regra geral: em vez de beneficiar apenas o Estado consumidor tais recursos devem ter suas receitas de ICMS partilhadas entre o Estado produtor e o consumidor do bem ou serviço.

Respondendo por perto de 80% do petróleo nacional de fonte oceânica, o Rio de Janeiro arrecadaria mais R\$1 bilhão se a cobrança seguir a regra geral. No Paraná, a estimativa da Secretaria da Fazenda com o ICMS sobre a energia é de um aporte anual da ordem de R\$600 milhões - o que permitiria um impulso vigoroso para o desenvolvimento regional.

Mobilizar os demais Estados interessados - seja grandes produtores de energia elétrica como Minas Gerais, ou de petróleo como Espírito Santo e Bahia - será tarefa hercúlea, como definiu o dirigente empresarial da indústria, José Carlos Gomes Carvalho. Mas, ao lado da constitucionalização do fundo de compensação de exportações, é o ponto central da agenda federativa do Paraná em nossa geração, como a defesa da integridade territorial foi a principal bandeira dos paranaenses nos anos 90.

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 11/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO, matrícula nº 40690, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, admitido em 22 de março de 1983, lotado no gabinete do deputado Orlando Pessuti, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito,

em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9123/2002)

#### PORTARIA Nº 12/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ ROBERTO SALATA, matrícula nº 40617, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, admitido em 09 de julho de 1985, lotado na Coordenadoria das Comissões, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9447/2002)

#### PORTARIA Nº 13/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ZENY BARBOSA, matrícula nº 40932, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário, nível 64, admitido em 01 de maio de 1988, lotado na Coordenadoria do Diário, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9655/2002)

#### PORTARIA Nº 14/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DERLI ELCI BUENO, matrícula nº 4050, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, N-61, admitido em 10 de dezembro de 1984, lotado na Coordenadoria da Ordem do Dia, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9667/2002)

#### PORTARIA Nº 15/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ISAMAR VILLA DE CARVALHO, matrícula nº 40090, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Fisioterapeuta, N-E-4, admitido em 01 de abril de 1988, à disposição da Universidade Federal do Paraná, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9717/2002)

#### PORTARIA Nº 16/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ COSTA, matrícula nº 40157, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, admitido em 01 de abril de 1986, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado no Setor de Barbearia da Coordenadoria de Serviços Especiais, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9783/2002)

#### PORTARIA Nº 17/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ROSELI BELO COELHO, matrícula nº 40539, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, admitido em 19 de junho de 1985, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 10093/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, 19.02.2003.

#### PORTARIA Nº 36/2003

Mandar registrar, de acordo com a documentação juntada, na ficha funcional de MARLENE DE BRITO PER-

RONE, matrícula nº 222, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, os períodos de tempo abaixo discriminados, respeitando-se o direito adquirido e assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20:

1º) Portaria nº 607/80, de 17 de setembro de 1980, contando para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses correspondentes ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

2º) Portaria nº 211/81, de 30 de março de 1981, contando para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar;

3º) Portaria nº 244/82, de 21 de setembro de 1982, mandando incorporar para todos os efeitos legais, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 28 de maio de 1976 a 28 de janeiro de 1981, antecipado em razão das férias dos anos de 1979 e 1980, contados em dobro;

4º) Portaria nº 124/83, de 21 de março de 1983, contando para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar;

5º) Portaria nº 70/84, de 20 de março de 1984, contando para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias de 1983, que deixou de gozar;

6º) Portaria nº 22/86, de 26 de março de 1986, contando para todos os efeitos legais, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984 e 1985, deixadas de gozar;

7º) Portaria nº 74/87, de 23 de abril de 1987, contando para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias de 1986, que deixou de gozar; e

mandado incorporar para todos os efeitos legais, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio compreendido entre 28 de janeiro de 1981 e 28 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação do 4º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982 e 1983, que deixou de gozar.

(Prot. nº 3643/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, 05.06.2003.

#### PORTARIA Nº 37/2003

Conceder, licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ADEMIR ALVES DUARTE, matrícula nº 40141, de noventa dias (90), a partir de 09 de

maio de 2003, término em 08 de agosto de 2003. CID.10.F.19.

(Prot. nº 4200/2003)

#### PORTARIA Nº 38/2003

Conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO S. DE CRISTO, matrícula nº 00611, de quarenta (40) dias, a partir de 19 de maio de 2003, término em 27 de junho de 2003. CID.10.g.56,4.

(Prot. nº 4199/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, 10.06.2003.

#### PORTARIA Nº 39/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ MARIA SCHNEIDER, matrícula nº 40082, funcionário deste Poder Legislativo, admitido em 01 de maio de 1988, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado no Gabinete do deputado Plauto Guimarães, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3099/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, 12.06.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

### Ata de Comissão Permanente:

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de 2003, às 14h00, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühner, Elza Correia, Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter, Rafael Greca e José Maria Ferreira, presidindo a reunião, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta, conforme pauta: primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (5ª reunião), na sequência o senhor deputado Elton Carlos Welter, pede dispensa, todos aprovam; após isto, o senhor presidente, deu continuidade à pauta: 1) Indicação nº 41/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator: deputado Ratinho Júnior. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Indicação nº 36/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator: deputado Rafael

Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Indicação nº 38/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator: deputado Francisco Bühner. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

### Atas de CPI's:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reunião das comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ribas Carli, Elton Carlos Welter e Luiz Fernandes Litro. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, agradeceu a presença de todos, passando a palavra ao Secretário Geral do Comitê formado para a realização dos Jogos Mundiais da Natureza, doutor Carlos Maranhão, que passou a explicar sua função e participação durante a realização dos Jogos Mundiais da Natureza, respondendo e esclarecendo todos os questionamentos realizados pelos ilustres deputados presentes, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reunião da CPI, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elton Carlos Welter, Valdir Rossoni e Renato Gaúcho. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, agradeceu o empenho e a dedicação dos técnicos, passando a palavra ao engenheiro Milton Lobato que entregou o relatório

técnico preliminar aos deputados, esclarecendo os pontos fundamentais do trabalho elaborado. Demonstrou algumas irregularidades na execução das obras do parque da barragem, salientando que a obra foi realizada em 3 etapas. Esclareceu pormenorizadamente o relatório técnico preliminar aos deputados presentes, respondendo aos questionamentos realizados, informando que a análise mais detalhada e completa deve ser feita no local das obras, para que possamos ter a exata dimensão das irregularidades apontadas. Após, o deputado Valdir Rossoni, comentou que todas as irregularidades devem ser apontadas e inseridas no relatório final, para posterior apresentação ao Ministério Público. Foi ainda definida a convocação de Eduardo Quezada, fiscal e engenheiro responsável pelas obras. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(a) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 16ª REUNIÃO

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Doutor Luciano, Waldir Leite, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv e Ademir Bier. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida o deputado Neivo Beraldin agradeceu a presença dos convidados, o delegado da Polícia Federal Sr. José Francisco de Castilho Neto e do perito Renato Rodrigues Barbosa. Os respectivos depoimentos bem como as respostas às indagações dos deputados presentes, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o deputado Neivo Beraldin propôs a deliberação dos seguintes requerimentos: 01) Quebra do sigilo de todos os mapeamentos e relatórios, bem como toda documentação em que foram fundamentados, assim como do conteúdo de fitas cassete, todos relacionados às investigações realizadas pela equipe composta pelo delegado José Francisco de Castilho Neto e pelo perito Renato Rodrigues Barbosa, tanto em território nacional, como em território estrangeiro, bem como de todas as demais documentações citadas pelos visitantes na reunião, conforme ampla e consistente justificativa. Em votação. APROVADO; 02) Autorizar a requisição de todos os documentos e informações relativos a força-tarefa que investiga a lavagem de dinheiro e evasão de divisa através da Procuradoria

Geral da República e da Polícia Federal. Em votação. APROVADO; 03) Autorizar a requisição dos membros da Polícia Federal: delegado José Francisco de Castilho Neto e do perito Renato Rodrigues Barbosa. Em votação. APROVADO; 04) Encaminhamento de interpelação ao Banco Central do Brasil, objetivando obter uma posição oficial da instituição sobre irregularidades no Banestado. Em votação. APROVADO; 05) Autorizar a convocação de todos os funcionários e sócios dos consórcios das empresas Fator e CCF Brasil, bem como dos funcionários do Estado do Paraná, que coordenaram o processo de licitação das empresas mencionadas e da privatização do Banestado. Em votação. APROVADO; 06) O deputado Pedro Ivo Ilkiv requereu o deslocamento de 2 (dois) membros da Comissão para auxiliar a CPI Nacional; solicitou também que fosse enviado documento ao Exmo. Sr. presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido que não haja falta de recursos para as investigações da Polícia Federal e técnicos que trabalham no exterior. Em votação. APROVADO. O deputado Pedro Ivo Ilkiv se prontificou a disponibilizar recursos do seu gabinete a fim de que as investigações no exterior não sejam interrompidas por falta destes. Em seguida o senhor presidente deu publicidade aos e-mails para denúncias [neivo@neivoberaldin.com.br](mailto:neivo@neivoberaldin.com.br) e o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

## Pauta da CCJ (17/06):

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 17/06/2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 206/2003. Autora: deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa permanente de plantio de árvore pelos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 259/2003. Autor: deputado Carlos Simões, que autoriza a incorporação das localidades de Prainha e Cabaraquara no município de Matinhos. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 280/2003. Autor: deputado Elio Rusch, que introduz alterações na legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços e Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em relação

aos produtos de mandioca. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 281/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 03.06.2003.**

### 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 097/2003. Autor: deputado Natálio Stica, que institui o Programa Primeiro Emprego no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 100/2003. Autor: deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Primeiro Emprego.

Projeto de Lei nº 255/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de, no mínimo, 5% de empregados com mais de 45 anos de idade, pelas empresas públicas com mais de 40 funcionários e na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.

Projeto de Lei nº 267/2003. Autor: deputado Reni Pereira, que institui o Programa Emprego a Vida Toda, para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade. **\*\* Todos anexos. Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 105/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que institui o Programa Escolar de acompanhamento Domiciliar. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 197/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Nova Chance. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 198/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que institui o Programa Força Voluntária. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 261/2003. Autor: deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 268/2003. Autor: deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº



12.020 de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo (Institui o Fundo Paraná). **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 296/2003. Autor: deputado André Vargas e outros, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 310/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 49/65, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 04.06.2003. Vistas aos deputados Neivo Beraldin e Tadeu Veneri em 10.06.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 076/2003. Autor: deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo. **Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 199/2003. Autor: deputado Rafael Greca, que institui o Programa Violência Zero, que obriga adoção de medidas preventivas de segurança pública. **Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 260/2003. Autor: deputado Renato Gaúcho, que veda a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 264/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que institui a frente de trabalho estudantil nas escolas públicas do Estado, em regime de estágio remunerado. **Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 273/2003. Autor: deputado Barbosa Neto, que autoriza a criação da disciplina de Informática para a Rede Pública. **Relator: Deputado Tadeu Veneri. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 274/2003. Autor: deputado Barbosa Neto, que autoriza a inclusão do sistema de educação em tempo integral no Ensino Fundamental da Rede Pública. **Relator: Deputado Tadeu Veneri. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 277/2003. Autor: deputado Padre Paulo Campos, que torna obrigatória a exibição de filme

publicitário esclarecendo as consequências do uso de drogas antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 295/2003. Autor: deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 293/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que define critérios para instalação de equipamentos de controle e fiscalização eletrônica de velocidade nas rodovias. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 297/2003. Autor: deputado Rafael Greca, ensino de língua italiana nas escolas da Rede Pública Estadual. **Relator: Deputado Tadeu Veneri. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 307/2003. Autor: deputado André Vargas e outros, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 311/2003. Autor: Poder Executivo, que objetiva dispensar os débitos fiscais, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, relativos ao ICMS. **Relator: Deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 312/2003. Autora: deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 317/2003. Autor: deputado Barbosa Neto, que altera a Lei nº 13.463/2002, que estabelece restrição à comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 336/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 71/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Econorte). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 337/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 72/97, para exploração do Lote nº 02 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Viapar). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 338/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 73/97, para exploração do Lote nº 03 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Rodovia das Cataratas). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 339/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 74/97, para exploração do Lote nº 04 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Caminhos do Paraná). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 340/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 75/97, para exploração do Lote nº 05 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Rodonorte). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 341/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 76/97, para exploração do Lote nº 06 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Ecovia). **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 12.06.2003.**

Proposição Veto nº 024/2003. Autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que incorpora a Gratificação por Assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 12.06.2003.**

Proposição Veto nº 025/2003. Autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 480/2002 de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel para a Prefeitura de Terra Roxa. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 12.06.2003.**

Proposição Veto nº 026/2003. Autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que regulamenta o artigo

2º da Constituição do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 12.06.2003.**

Proposição Veto nº 028/2003. Autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 12.06.2003.**

## **Ordem do Dia da CCJ (17/06):**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA  
DE 15 DE FEVEREIRO A  
15 DE DEZEMBRO DE 2003

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
ORDEM DO DIA

PARA O DIA 17 DE JUNHO DE 2003  
TERÇA-FEIRA

### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Instituto Solidariedade, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Ensino e Fomento, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Ação Voluntária de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Museu do Futuro, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade

Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede e foro em Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Pequenos Empreendedores Autônomos de Primeiro de Maio, com sede e foro em Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, com sede e foro em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2003, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Apicultores do Oeste do Paraná, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede e foro em São João do Triunfo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Pais e Presidentes de APM's e APPFs de Escolas Estaduais e Municipais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita da Prece, com sede e foro em Cambé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2003, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade

Pública a Associação Beneficente Israelita Hai, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Palmital, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual João Maffei Rosa, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 17**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Rio Verde, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 18**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Helena Connor Braz, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 19**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Roberto Halatczuk Hrehuchuk, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 20**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Leminski, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 21**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Encontro Gospel do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 22**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a APAE de Tamarana, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Rotarianos de Carlópolis, com sede e foro em Carlópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad, com sede e foro em Mauá da Serra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro em Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos dos Campos Gerais, com sede e foro em Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 27**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Icaraíma e região, com sede e foro na comarca de Icaraíma. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 28**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil - Centro de Treinamento e Formação do Estudante, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**ITEM 29**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 56/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 30**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 57/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 31**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste, com sede em Tuneiras do Oeste e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 32**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Paranavaí, com sede e foro em Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 33**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a APMI de Enéas Marques, com sede em Enéas Marques e foro em Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**ITEM 34**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Surdos e Terapia da Linguagem, com sede e foro em União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.